

UNIVERSIDADE VALE DO SAPUCAÍ - UNIVÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA
LINGUAGEM

LUCIANA ANDRADE RAMOS

QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE ENTRE A TENSÃO
NOS DISCURSOS DO GOVERNO E DO SINDICATO EM MINAS GERAIS

POUSO ALEGRE, MG

2016

LUCIANA ANDRADE RAMOS

QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE ENTRE A TENSÃO
NOS DISCURSOS DO GOVERNO E DO SINDICATO EM MINAS GERAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Área de concentração: Linguagem e Sociedade

Orientadora: Prof^ª Dra. Joelma Pereira de Faria

POUSO ALEGRE, MG
2016

Ramos, Luciana Andrade. **Qualidade da Educação:** Uma análise da tensão discursiva entre os sentidos em circulação dos discursos do Governo e do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais/Luciana Andrade Ramos. Pouso Alegre: 2016. 78 f. il.

Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) - Programa de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Sapucaí.

Orientadora: Prof^a Dra. Joelma Pereira de Faria

Descritores: 1. Qualidade da Educação. 2. Sentidos. 3. Governo Mineiro. 4. Sindicato.

CDD: 410

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

Certificamos que a dissertação intitulada "QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE ENTRE A TENSÃO NOS DISCURSOS DO GOVERNO E DO SINDICATO EM MINAS GERAIS" foi defendida, em 9 de dezembro de 2016, por **LUCIANA ANDRADE RAMOS**, aluna regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, nível Mestrado, sob o Registro Acadêmico nº 98008540, e aprovada pela Banca Examinadora composta por:



Profa. Dra. Joelma Pereira de Faria Nogueira
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Orientadora



Profa. Dra. Ana Amélia Furtado de Oliveira
Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS
Examinadora



Profa. Dra. Paula Chiaretti
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Examinadora

DOCUMENTO VÁLIDO SOMENTE SE NO ORIGINAL

A Fabrício, Vinícius e Juninho,
luzes da minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por minha identificação com a formação ideológica do discurso religioso: “a garantia absoluta de que está tudo bem, assim, e que, na condição de os sujeitos reconhecerem o que eles são e de se conduzirem de acordo, tudo correrá bem. Assim seja!” (ORLANDI, 2011, p. 242).

À minha família, em especial ao meu marido Fabrício pelo companheirismo, incentivo e sustentação nos momentos de dificuldades e aos meus filhos pela compreensão de minha ausência em momentos importantes de suas vidas.

Aos professores Ana Cláudia, Débora, Guilherme, Greciely e Eduardo, pelas colaborações e compartilhamento do conhecimento. Principalmente à Carolina, que no momento de desânimo foi a “força” que me possibilitou seguir o caminho.

Aos amigos que sempre torceram, se solidarizaram, me substituíram e me animaram.

Aos colegas de mestrado pelos momentos compartilhados: alegrias, dificuldades, tristezas, erros e acertos.

À Joelma, minha orientadora, pela paciência, confiança e incentivo, profissionalismo, intervenções e sugestões e pelo entusiasmo nas orientações. Obrigada pela inspiração.

Enfim, agradeço a todos que em algum momento foram responsáveis por essa conquista.

O silêncio não é vazio, o sem-sentido; ao contrário, ele é o indício de uma totalidade significativa. Isto nos leva à compreensão do “vazio” da linguagem como horizonte e não como falta.

Eni Orlandi

RAMOS, Luciana Andrade. **Qualidade da Educação:** uma análise entre a tensão nos discursos do governo e do sindicato em Minas Gerais. 2016. 78 f. Dissertação (Mestrado) – Ciências da Linguagem, Univás, Pouso Alegre, Minas Gerais, 2016.

RESUMO

Este trabalho busca compreender a tensão entre os discursos do Governo e do sindicato de Minas Gerais em relação à qualidade de educação. Em formações discursivas contrárias, governo e sindicato mantêm uma relação conflituosa no que diz respeito ao significado de educação de qualidade. Várias são as abordagens acerca do tema: qualidade sob a perspectiva da própria escola, qualidade enquanto desafio, os tipos de qualidade, entre outras. Nesta dissertação abordaremos o tema pela perspectiva da Análise de Discurso que trata da compreensão do modo pelo qual um discurso produz sentido na linguagem. É a partir desta abordagem que trataremos o tema qualidade da educação e buscaremos compreender como a qualidade pode significar para o governo mineiro e o sindicato, entre 2011 e 2012. No referido período foi que se deu o maior número de dias de paralisação da classe dos professores e maior período de discussões e tentativas de acordo entre Governo e Sindicato Mineiros. Como se dá o funcionamento dos discursos de cada um desses sujeitos e como esses discursos produzem sentido. Para alcançar nossos objetivos, buscamos subsídios teóricos na teoria da Análise de Discurso francesa, fundamentados especificamente nos conceitos praticados por Orlandi. Esse trabalho vai discutir o enfrentamento entre o Governo de Minas Gerais e Sindicato no ano de 2012 que foi deflagrado após uma propaganda de volta às aulas veiculada nas mídias televisiva e digital.

Palavras-chave: Qualidade da Educação. Sentidos. Governo Mineiro. Sindicato.

RAMOS, Luciana Andrade. Educational quality: an analysis of the discursive tension between the government and the teacher union in Minas Gerais. 2016. 78 f. Dissertation (Master's Degree). Postgraduate Program in Language Sciences, University of Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, Minas Gerais, 2016.

ABSTRACT

This paper seeks to understand the tension between the discourse of the government and the union of Minas Gerais concerning educational quality. In contrary discursive formations, government and union maintain a conflictual relationship with regard to the meaning of educational quality. There are several approaches on the theme: quality from the perspective of the school, quality as a challenge, types of quality, among others. This thesis will discuss the topic from the perspective of French school of discourse analysis, which deals with the understanding of the way a speech produces meaning in language. And the From this approach we will address the issue of quality of education and seek Understand how quality can mean for the Minas Gerais government and the union, 2011 and 2012. In that period, there was the greatest number of days of Class ofteachers and a longer period of discussions and attempts at agreement between the Sindicato Mineiros. How do the discourses of each of these subjects how these discourses make sense..

To achieve our goals, we seek theoretical support on the theory of French Discourse Analysis, based specifically on the concepts practiced by Orlandi. This paper will discuss the confrontation between the Government of Minas Gerais and the Union in 2012 triggered after an advertising – “Volta às aulas” - conveyed in television and digital media.

Keywords: Quality Education. Senses. Miner Government. Union.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD - Análise de Discurso

CAeL - Cidade, Consenso, Administração, Linguagem e Lei

CONIC - Congresso Nacional de Iniciação Científica

FUNDEF - Fundo de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério.

SD - Situações Discursivas

IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC - Ministério de Educação e Cultura do Governo Federal

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SEE-MG - Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais

SEB - Sistema Educacional Brasileiro

SEMESP- Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior

SAEB - Sistema nacional de Avaliação da educação básica

SINDUTE - Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação

SIMAVE - Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Básica

REEMG - Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Sentidos de Qualidade em circulação do discurso do SINDUTE.....	53
Figura 2 - Sentidos de Qualidade em circulação do discurso do Governo.....	55

Apresentação

Na década de 90, com o objetivo de inserir o Brasil no quadro nacional de competitividade no processo de globalização, o tema da reforma do Estado entra fortemente na agenda nacional. O governo, em reforma institucional, se sustenta na política neoliberal que tem como princípio o mercado como regulador das ações econômicas e o Estado como a política de maior arrecadação e menor investimentos em políticas sociais.

Na área da educação, o governo adota o sistema de avaliações externas como ponto principal de seu programa, aderindo ao sistema internacional, tomando os resultados das mesmas como forma de aferição da qualidade da educação ofertada. Como na instância federal, as iniciativas de avaliações externas também foram empregadas por alguns Estados, com o mesmo propósito de aferição da qualidade, bem como servirem de indicadores para as reformas educacionais.

Minas Gerais, a partir de meados do ano de 2000, foi um dos Estados a aderir a avaliação externa numa dinâmica que mobiliza avaliação, planejamento e controle da qualidade da educação até os dias de hoje.

Segundo Vasconcelos (2008), a divulgação de resultados das avaliações externas provocam diferentes interpretações na sociedade. Em Minas não foi diferente. Para os órgãos que administram a educação, os resultados sempre apontam a melhoria da qualidade da educação. Para os profissionais da educação, sujeitos que fazem parte do processo educativo e, segundo o autor, são excluídos dos processos decisórios para a organização e o funcionamento do processo avaliativo, os índices apresentados não representam melhoria na qualidade da educação.

Os órgãos administrativos buscam demonstrar o crescimento da qualidade através de gráficos, tabelas porcentagens e projeções que são divulgados na mídia digital, no portal do governo mineiro e no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, que trazem os resultados por regiões, por municípios e escolas, além da veiculação na internet. Esses resultados também veiculam em mídia televisiva e impressa por meio de propagandas que colocam Minas Gerais como um dos Estados que apresenta melhor qualidade na educação.

Por outro lado, profissionais da educação, materializam sua insatisfação através de discursos contrários ao governo em forma de cartas, movimentos grevistas ou paralizações total ou parcial de aulas.

Para Vasconcelos (2008), ao serem divulgados os índices de avaliação, após as reações inflamadas, “tudo parece voltar ao normal”. É o que observamos em relação às reações dos professores mineiros em 2011: após acordo com o governo mineiro realizado depois do movimento grevista, com o maior número de dias de paralizações registrado na história da classe, os profissionais da educação retomam suas práticas profissionais e encerram as discussões. O que permanece são práticas discursivas realizadas pelo sindicato da classe, Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais que, embora seja representante da classe, traz uma formação discursiva própria dos sindicatos.

O sindicato traz um discurso contrário ao do Governo Mineiro, numa oposição marcante à política pública de educação e toma como objeto de disputa a qualidade.

Várias são as abordagens acerca do tema qualidade da educação. A qualidade sob a perspectiva da própria escola, qualidade enquanto desafio, os tipos de qualidade, entre outras.

Nesta dissertação abordaremos o tema pela perspectiva da análise de Discurso, que trata da compreensão do modo pelo qual um discurso produz sentido na linguagem. É a partir desta abordagem que trataremos o tema qualidade da educação e buscaremos compreender o que significa a qualidade para o Governo Mineiro e o sindicato dos professores, bem como o funcionamento dos discursos de cada um desses sujeitos e como esses discursos produzem sentido. Para alcançar nossos objetivos, buscamos subsídios teóricos na teoria da análise de discurso francesa, fundamentados especificamente aos conceitos praticados por Orlandi, 2004, 2006, 2007, 2010, 2012, 2014.

A escolha do tema se deu pela necessidade de compreender a tensão entre os discursos do sindicato e Governo pelo fato desse embate ideológico me causar incômodo em relação à posição que cada um dos sujeitos ocupam., Na posição sujeito posição sujeito professor, parte integrante desses embates ideológicos desde iniciante na profissão, há pelo menos 20 anos.

Nesta perspectiva, o objetivo de ser uma boa profissional que pudesse contribuir com a formação de alunos comprometidos, conscientes, capazes de se posicionar na sociedade de forma crítica deixou de ser a prioridade. O que ficou em meus dias dentro das escolas eram os constantes movimentos de “luta” contra o governo em busca de melhores salários e condições de trabalho da classe. Entre estes discursos de melhorias na educação, naturalmente, a questão da qualidade era uma das bandeiras. No entanto, quando o

movimento ultrapassava os portões da escola e o discurso do professor tornava-se uma voz coletiva e essa voz era representada pelo sindicato, o que se projetava no discurso eram as questões trabalhistas, a discussão de luta de classe, com a classe dos trabalhadores da educação sentindo-se sempre explorada. Apagava-se a figura do aluno, do professor, da comunidade escolar e da escola enquanto espaço democrático de inclusão e formação, de igualdade de oportunidades.

Esta dissertação se propõe a discutir o enfrentamento entre o Governo de Minas Gerais e o Sindicato no ano de 2012, o qual é deflagrado após uma propaganda de Volta às Aulas veiculadas nas mídias televisiva e digital. Essa propaganda provoca uma resposta contrária do sindicato, materializada em carta aberta endereçada à atriz que protagoniza a propaganda. São esses discursos que analisamos, por meio das formações discursivas que, na linguagem, representam suas formações ideológicas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CONCEITOS-CHAVE DA/NA ANÁLISE DE DISCURSO.....	15
POLÍTICAS PÚBLICAS: O DISCURSO DO ADMINISTRATIVO.....	23
3.1. POLÍTICA PÚBLICA: CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS.....	27
3.2. POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO: CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO.....	30
QUALIDADE DA EDUCAÇÃO.....	36
4.1. CONSTITUIÇÃO DOS DISCURSOS DO GOVERNO E SINDICATO.....	46
4.2. CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO.....	48
4.3. CIRCULAÇÃO DO DISCURSO: SENTIDOS DE QUALIDADE (GOVERNO E SINDICATO)..	50
4.3.1. Discurso sobre qualidade pela perspectiva do Governo Mineiro.....	55
4.3.2. Discurso de qualidade pela perspectiva do Sindicato.....	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
ANEXO A.....	77
ANEXO B.....	78

INTRODUÇÃO

Carta aberta à atriz global Débora Falabella: a verdade sobre a educação de Minas Gerais.

Esta manchete veiculada na internet foi a motivação para buscar entender o conflito entre o discurso do Governo do Estado de Minas Gerais e dos professores da rede pública. O enunciado acima é o título de uma carta escrita pela presidente do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG). Através desta carta endereçada à atriz Débora Falabella, o Sind-UTE/MG produz um discurso direcionado a uma pessoa que, sem relação nenhuma com a educação, é usada como “arma” para acender mais uma “luta” entre o sindicato e o governo mineiro.

Tal afirmação é possível por ser profissional da educação há 18 anos e ter assumido neste período diferentes posições: regente de turma, direção, coordenação, supervisão e em todas elas conviver com o discurso de educação como sinônimo de luta, de defesa de direitos, de busca de qualidade. Testemunhando neste período os embates historicamente encadeados entre os professores da rede pública, sindicato e o poder público por razões salariais, condições de trabalho e dos resultados apresentados pelos alunos da rede pública.

A carta escrita para Débora Falabella foi uma resposta contrária à propaganda de volta às aulas, produzida pelo estado mineiro no ano de 2012 e protagonizada pela atriz. Nesta propaganda, o Governo apresenta os resultados dos investimentos realizados na educação e os avanços no sentido de melhoria da qualidade.

A identificação com o discurso docente, a necessidade de compreendermos a relatividade dos sentidos destes discursos e a possibilidade de valer-nos das interrogações com as quais trabalha a Análise de Discurso (AD) da linha francesa para analisar como eles são produzidos, foram os impulsos para emprendermos esta pesquisa.

Este trabalho filia-se à teoria da Análise de Discurso da linha francesa, e fundamenta-se especificamente nos conceitos praticados por Orlandi, precursora em AD no Brasil.

O objetivo é compreender a tensão entre os discursos do Governo e do Sindicato de Minas Gerais em relação à qualidade de educação. Sujeitos que para nós, neste trabalho, exercem papel principal na educação mineira, visto que a relação entre estes sujeitos apresenta-se sempre conflituosa no que diz respeito à educação de qualidade. O discurso praticado pelo Poder Público, no caso, o Governo de Minas, sustenta a posição do Estado de Minas Gerais como um dos que apresentam melhores resultados nas avaliações nacionais.

Tais resultados garantiriam o status de qualidade na educação ao Estado. Em uma formação discursiva contrária ao governo, o Sind-UTE/MG – por meio de uma materialidade linguística apresentada na carta, cujo título abre esse capítulo -, torna pública a insatisfação da classe, coloca em xeque a qualidade da educação, bem como a condição de desvalorização dos trabalhadores da educação.

Busca-se a compreensão do conflito pela análise da relação discursiva entre o Governo do Estado de Minas Gerais e o Sind-UTE/MG no embate estabelecido por esses órgãos quanto aos sentidos da palavra *qualidade* no contexto educacional diante das ações empreendidas pelo Estado para o desenvolvimento educacional. Ao analisarmos o funcionamento dos discursos dos sujeitos aqui determinados, procuramos verificar como suas formações ideológicas determinam a prática discursiva e o que pode e deve ser dito.

Compreender como se constituem os sentidos produzidos pelos discursos dos sujeitos desta pesquisa relacionados à qualidade de educação, será relevante para a comunidade acadêmica, pois deverá trazer subsídios para discussões acerca de ações que convirjam em prol da qualidade da educação pública, além da possibilidade de discutir novos sentidos sobre qualidade na educação.

Por meio de aportes teóricos da Análise de Discurso, a pesquisa pretende responder aos seguintes questionamentos: Que posição-sujeito o governo e o sindicato ocupam? Que posição-sujeito é preciso ocupar para que a qualidade circule?

A qualidade da educação foi tema de diferentes pesquisas, Klauck (2012) buscou compreender em que consiste a qualidade de ensino na perspectiva da própria escola. De acordo com a autora, a questão da qualidade deve ser vista pela perspectiva da escola, pois é neste espaço que os envolvidos no processo pedagógico e seus executores - os reais interessados nas políticas de promoção da qualidade da educação escolar - se inter-relacionam.

Silva (2008), apoiado no conceito de *público* em Hanna Arendt, discute, sob uma perspectiva diferente da proposta por Klauck, a validade da narrativa instrumental da qualidade em educação. Segundo Silva (2008), não se trata de estudo de gestões ou métodos mais eficazes para garantir a melhoria da qualidade da educação, mas da investigação e discussão de “qual qualidade se quer para a escola pública”. Ambos os trabalhos, com enfoque no papel que a qualidade pode representar para a educação e para a escola pública, apresentam discussões relevantes para a apreensão do tema. Nosso trabalho investigará este assunto sob a perspectiva da Análise do Discurso e buscará compreender os sentidos possíveis para a palavra *qualidade*, vinculada à educação.

Na busca dos arquivos de materiais que trouxessem tanto a voz do Governo quanto a voz do Sindicato, formamos um corpus constituído da transcrição da propaganda de Volta às Aulas do Governo de Minas Gerais, no ano de 2012 (Anexo A) e a escrita da Carta dos professores à atriz Débora Falabella, também do mesmo ano (Anexo B), além de artigos escritos pela coordenadora geral do Sind-Ute e documentos oficiais e artigos que trazem o discurso do governo. A partir deste corpus serão empreendidos recortes a fim de levantar as recorrências pertinentes à questão da qualidade.

Esse trabalho será apresentado em quatro capítulos seguidos das considerações finais e referências bibliográficas.

No primeiro capítulo tratamos de explicitar nossos objetivos e questionamentos e de apresentar, de forma geral, como foi desenvolvida nossa pesquisa.

No segundo capítulo trataremos de conceitos-chave da Análise de Discurso que nos darão sustentação para as discussões e análises aqui apresentadas sem incorrerem em juízos de valor nem nos arriscar a sermos ludibriados pela falsa transparência da língua. Esses conceitos nos habilitarão a demonstrar na análise como se constituem os sentidos.

O terceiro capítulo caracteriza as políticas públicas no discurso administrativo, a constituição de sentidos e funcionamento desse discurso em circulação. Buscamos apresentar o efeito ideológico de políticas públicas que os autores produzem para entendermos a resistência do sujeito sindicato em relação ao discurso do Estado.

No quarto capítulo abordamos o tema Qualidade da Educação, os sentidos em circulação da palavra *qualidade*, relacionada à educação. Buscaremos sinalizar os sentidos produzidos pelos discursos do Governo e do Sind-UTE, relacionados à qualidade na educação à constituição as condições de produção destes discursos para entendermos em que momento ocorre a falha do Estado e a tensão entre estes discursos acontece. Para tanto, utilizaremos recortes do corpus que consideramos mais significativos e trabalharemos com situações discursivas para elucidar nossas perguntas e demonstrar o funcionamento discursivo, que evidencia o sentido à qualidade almejada e alcançada como fator motivante para o retorno dos alunos à escola. Faremos uso também da Carta dos professores para a atriz Débora Falabella, para estabelecermos através da mesma, a relação contraditória que se dá em relação ao sentido de *qualidade*.

Utilizando os dispositivos teóricos da Análise de Discurso, que “tem como característica a passagem da noção do funcionamento da língua para o discurso, e a construção de um dispositivo analítico fundado na noção de efeito metafórico” (ORLANDI, 2004, p. 79), buscamos empreender análises que trarão uma interpretação possível e não

outra, o deslizamento de sentidos da palavra *qualidade*, relacionada à educação. Considerando ainda que, como nos ensina Orlandi (2004), a interpretação é constitutiva da própria língua e que esta, ao ser enunciada, está essencialmente exposta ao equívoco, apontaremos na análise os sentidos que evidenciam a posição ideológica do enunciador, no caso o Sind-UTE. Este funcionamento ideológico, inconsciente e que constitui condição de existência do discurso e do sujeito nos permitirá compreender os sentidos de qualidade da educação para o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais e como esses sentidos significam e se fazem significar.

Por fim, as considerações finais, em que apresentaremos a nossa compreensão em relação ao funcionamento e sentidos dos discursos dos sujeitos envolvidos nesta pesquisa.

CONCEITOS-CHAVE DA/NA ANÁLISE DE DISCURSO

Para a compreensão das questões de que trata esta pesquisa, nos filiamos à teoria da Análise de Discurso francesa, do precursor Pêcheux e aos conceitos praticados por Orlandi, já que esta teoria traz a concepção da linguagem em seu funcionamento e tem como objeto de estudo o discurso.

A Análise de Discurso da qual trata Orlandi (2006), constitui na relação da Linguística com as Ciências Sociais, não como complemento de uma pela outra, mas na contradição entre elas. Enquanto a Linguística tem como objeto a linguagem e deixa para fora a exterioridade, que é o objeto das Ciências Sociais, e esta, por sua vez, elide a linguagem e ambas excluem o político, a Análise de discurso considera a exterioridade constitutiva e interroga a transparência da linguagem. Seus pressupostos não são estanques, estão em constante movimento.

Segundo a autora, a Análise de Discurso, [doravante AD]:

(...) não trabalha com a língua como sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade. (ORLANDI, 2009, p. 15)

A língua, com sua incompletude, é condição de possibilidade de discurso. Orlandi (2006) afirma que, para a AD, a língua tem sua ordem própria, mas só é relativamente autônoma, quando, ao analisar a linguagem, considera o sujeito afetado pela ideologia e por

sua história e, a história tem seu real afetado pelo simbólico quando os fatos reclamam sentido. Para a língua se significar, ela se inscreve na história e se relaciona, constitutivamente com a exterioridade, que para a AD são as condições de produção representadas. Diferente da linguística e das Ciências Sociais, na AD não há contexto, há conjuntura, condições de produção. Para tratar as condições de produção, Orlandi (2012) considera em sentido estrito as circunstâncias de enunciação, ou seja, o dizer aqui, neste momento e em sentido amplo o contexto sócio-histórico e ideológico que derivam de nossa sociedade, constituído de memória discursiva e interdiscurso, tomando a memória como parte fundamental para produção do discurso e funcionamento das condições de produção.

Vários autores trabalham o sentido de ideologia. Ideologia num sentido amplo como “o conjunto de ideias, concepções ou opiniões sobre algum ponto sujeito a discussão (ARANHA, 2006, p. 30). Nesta compreensão, cada um tem sua ideologia e pode, a partir dela, fazer escolhas, a exemplo da ideologia das concepções políticas em que as pessoas se classificam conforme sua preferência ou filiação a um partido político. A ideologia de Marx, numa releitura de Althusser, da qual a AD mais se aproxima, afirma que todas as formas de atividade intelectual e todas as normas são estabelecidas a partir das condições materiais de produção da existência¹. Para Althusser (1985) representam as relações imaginárias dos indivíduos com as relações reais em que vivem uma forma de exercício de poder que se dá através das discussões, divergências e contradições existentes no seio da sociedade.

Os homens se comportam segundo a vontade do “sistema” como se estivessem se comportando segundo a sua vontade. A ideologia utilizada pela classe dominante, como instrumento para subjugar a sociedade é posta como ilusão de realidade que aliena os homens pois as ideias são diferentes da realidade material (ALTHUSSER, 1985, p. 22). Em uma crítica à visão marxista, Althusser define ideologia como “uma representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições de existência” (1985, p. 85). Significa que considera a ideologia uma relação social, o sujeito tem relação com o mundo e suas condições de existência são reais. Para haver a ideologia é necessário a existência do sujeito concreto e esta é destinada pelo sujeito “isto é, pela categoria de sujeito de seu funcionamento”. (ALTHUSSER, 1985, p. 93).

¹A explicação de Marx para a realidade da organização das relações de trabalho pelos conceitos de Infraestrutura, constituída pela mão-de-obra escrava na Antiguidade e pela servidão na Idade Média; e a Superestrutura que corresponde à estrutura Jurídico-política (Estado, Direito, etc.) e à estrutura ideológica (formas de consciência social). ARANHA, M.L. Lúcia, 2006, p. 190

A materialidade da ideologia para Althusser está na prática dos Aparelhos Ideológicos do Estado. Em revisão da obra de Marx, a teoria restritiva do Estado, Althusser diferencia Aparelho Repressivo de Estado (ARE) e Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). Em sua Teoria do Estado, Marx afirmava:

O Estado é o aparelho repressivo de Estado; é preciso distinguir o poder de Estado do aparelho de Estado; o objetivo das lutas de classes visa ao poder de Estado e, conseqüentemente, a utilização feita pelas classes (ou aliança de classes ou de frações de classes), detentoras do poder de Estado, do aparelho de Estado em função dos seus objetivos de classe; e o proletário deve tomar o poder de Estado para destruir o aparelho de Estado burguês existente..., iniciar um processo radical, o da destruição do Estado.(ALTHUSSER, 1985, p. 38).

O que Marx denominava de Aparelho de Estado (Governo, a Administração, o Exército, a Polícia, as Prisões, etc.), Althusser denomina de Aparelho Repressivo de Estado (ARE). Para Althusser, repressivo, pois indica que funciona por violência, física ou não. Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) se apresentam sob a forma de instituições. (ALTHUSSER, 1985, p. 43).

Althusser afirma que o que diferencia os AIE e o Aparelho Repressivo de Estado, além da violência praticada pelo ARE, é a questão ideológica. O ARE funciona secundariamente pela ideologia, prevalecendo a repressão, enquanto que os AIE, ao contrário, atuam principalmente pela inculcação da ideologia e secundariamente pela repressão, apenas no limite. Para Althusser, não existe aparelho puramente ideológico, todos utilizam de métodos próprios de sanções, exclusões, seleções. (ALTHUSSER, 1985, p.48). Em nossa pesquisa, o Estado de Minas Gerais representa o ARE e o Governo do Estado de Minas e o Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais representam AIE, pela visão do funcionamento ideológico de Althusser.

Para Orlandi (2009), a ideologia é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. Para que o indivíduo produza o dizer, precisa ser interpelado pela ideologia, processo de formação de evidências por formações imaginárias. Para que tenha sentido aparece como efeito da relação do sujeito com a língua e com a história. “Ideologia não é ocultação de sentidos, mas processo pelo qual se põe um sentido em funcionamento e não outro. Pelo funcionamento da ideologia, o sentido vai aparecer como sendo o sentido, mas sabemos que outros sentidos podem estar em funcionamento, é o que chamo de efeito de evidência. Como se o sentido (pelas condições de produção) ficasse evidente. Esse efeito de evidência, é o efeito ideológico”.

A autora pontua que, ao falar, o sujeito é afetado pela ideologia e pelo inconsciente e pode ser apreendido pela memória discursiva para a sustentação da compreensão do funcionamento do discurso. O que já foi dito é que vai nos dar condições para compreendermos os efeitos de sentidos do discurso, independente do sujeito acreditar que o que está sendo dito é seu dizer, o que a autora, conforme Pêcheux, denomina de esquecimento número um. Também, sustentada ainda por Pêcheux, Orlandi (2009) esclarece o esquecimento número 2. Ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer poderia ser outro. Os dizeres parafrásticos retornam ao mesmo espaço do dizer e dão a impressão de estabilização, pois o sujeito acredita que diz o que precisa ser dito da forma como precisa ser dito. Segundo a autora, a paráfrase é a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo. As famílias parafrásticas são importantes como dispositivos de análise. Ao contrário da paráfrase, está a polissemia que joga com o equívoco, com o deslocamento e ruptura de significação. Para a autora, o discurso se dá nesta tensão entre a polissemia e a paráfrase, entre o mesmo e o diferente (ORLANDI, 2009, p. 21).

Além dos conceitos acima mencionados, trabalharemos, neste capítulo e no percurso da exposição, com princípios outros da AD que nos sustentarão na reflexão do uso da língua pelo Governo de Minas nas propagandas que faz em relação à qualidade da política pública de educação bem como a prática desse discurso construído a partir dos resultados das avaliações externas, estaduais e nacionais. Não obstante, a reflexão dará visibilidade ao discurso praticado pelos professores da rede pública, inscritos numa formação discursiva de oposição ao governo, que se materializa através de movimentos, na sua maioria grevista, e coloca em xeque a qualidade da educação das escolas públicas.

Nesta perspectiva, trataremos da constituição do sujeito pelos conceitos praticados por Orlandi (2009). Afetado pela língua e interpelado pela ideologia o indivíduo é assujeitado e se constitui em sujeito. Afetado pelo simbólico, o indivíduo assujeitado se torna sujeito de, sujeito a. Não qualquer sujeito. Existe uma forma sujeito histórica. Um sujeito de direito, sujeito responsável que tem sua liberdade, mas responde por seus atos. Essa forma-sujeito histórica sofre a individuação por discursos e instituições (o Estado e no nosso caso na figura do Governo de Minas Gerais, que funciona como o articulador político administrativo que determina por meio da lei, o que pode e o que não pode ser dito). No estudo em questão, a forma-sujeito histórica capitalista determina que o sujeito pode assumir responsabilidades e na ilusão desta liberdade é limitado e punido pela lei por aquilo que fala e realiza.

No processo de individuação, pode haver a falha pelas instituições ou discursos.

Uma vez individuado (indivíduo de grau 2), o sujeito vai se identificar com uma formação discursiva X ou Y. Na individuação o sujeito vai se identificar e se inscrever em uma formulação X ou Y. Identificado com a formação discursiva, o sujeito individuado ocupa uma posição-sujeito. Estas posições são constituídas umas em relação a outras e pela ideologia em um ritual sujeito a falhas, podendo causar a ruptura e assim a resistência toma esta forma.²

Governo de Minas e professores, sujeitos individuados e identificados em formações discursivas distintas, vão construindo o discurso sobre a qualidade da educação da escola pública mineira, com diferentes sentidos que assumem, na maioria das vezes, sentidos opostos e situações de embate. São esses sentidos e não outros possíveis que buscamos compreender nesses discursos.

Os sentidos podem ser outros (ORLANDI, 2009). A autora afirma que há determinação histórica, que os sentidos prevalecem, mas pela determinação pode haver mudanças de acordo com as condições de produção. Precisamos entender que para a AD não há contexto, há determinação histórica. É necessário passar da função para o funcionamento do discurso, concebendo a exterioridade, isto é, as condições de produção. Considera-se não o lugar empírico ou social que o sujeito ocupa, mas o imaginário desse lugar. Não há pessoa empírica que funcione no discurso, mas a imagem feita do empírico e da posição social que ocupa.

As condições de produção implicam as relações de forças, de sentidos e a antecipação, que se constituem nas formações imaginárias. Isto é dizer que as relações de poder, o político e situações imediatas, referem-se à situação do sujeito. Partiremos do que Foucault nos coloca das relações de poder:

O exercício do poder não é simplesmente uma relação entre “parceiros” individuais ou coletivos; é um modo de ação de alguns sobre outros. O que quer dizer, certamente, que não há algo como o “Poder” ou “do poder” que existiria globalmente, maciçamente ou em estado difuso, concentrado ou distribuído: só há poder exercido por “uns” sobre os “outros”; o poder só existe em ato, mesmo que, é claro, se inscreva num campo de possibilidade esparso que se apoia sobre estruturas permanentes.

Entende-se que poder está em todas as relações e será estabelecido de acordo com as ações e respostas, reações, efeitos possíveis.

² Conforme anotações feitas em sala de aula, na disciplina Discurso e Interpretação, ministrada no Mestrado em Ciências da Linguagem, na Universidade do Vale do Sapucaí, pela Prof^a Orlandi. (fev. 2016).

O poder é constitutivo do discurso, segundo Barthes (1977), visto que o sujeito ocupa uma posição discursiva e fala ou é falado de uma posição social que ocupa. Haja vista que o sujeito ocupa uma posição, mesmo quando este parte de um lugar fora do poder, pois para ele, o poder é político, é ideológico, é plural e está em todas as instâncias.

“O político é a afirmação da igualdade, do pertencimento do povo ao povo, em conflito com a divisão desigual do real, para dividi-lo, para refazê-lo incessantemente em nome do pertencimento de todos no todo.” (GUIMARÃES, 2002, p. 17)

Rancière (1996) compreende o político através de dois processos: a polícia e a política.

(...) Proponho chamá-lo de polícia, ampliando portanto o sentido habitual dessa noção, dando-lhe também um sentido neutro, não pejorativo, ao considerar noções de vigilância e de repressão habitualmente associadas a essa palavra como formas particulares de uma origem muito mais geral que é a distribuição sensível dos corpos em comunidade..., Proponho preservar a palavra política ao conjunto das atividades que vêm perturbar a ordem da polícia pela inscrição de um pressuposição que lhe é inteiramente heterogênea. Essa pressuposição é a igualdade, de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante. (RANCIÈRE, 1996, p. 372).

Dessa forma, Rancière (1996) caracteriza o político como conflito pela igualdade e desigualdade, movido pelo dissenso, quando o desentendimento acontece e essa repartição acontece de forma não natural, gerando as lutas para a estabilização do princípio de igualdade.

O conceito pechêuxtiano é a política de luta de classes, conceito que usaremos como sustentação, bem como a concepção de Orlandi (2014, p. 27) que nos diz que:

Assim, o político está no fato de que tanto os sentidos como os sujeitos - constituídos em determinadas condições de produção (circunstância da enunciação e contextos sócio-históricos) e inscritos em formações discursivas específicas - são divididos: divididos em si e entre si. Portanto, é desta perspectiva do político, como divisão que estamos falando, tendo como referência a relação com a(s) língua(s) e o conhecimento que se produz sobre ela(s), nas diferentes conjunturas das práticas políticas.

Segundo Orlandi (2012, p. 129), todo discurso tem uma relação necessária com o político, pois “todo dizer tem uma direção significativa determinada pela articulação material dos signos com as relações de poder”. Relações de poder se configuram porque o que determina essas relações são disputas de sentido. O lugar social do qual se fala, marca o discurso com a força da locução que este lugar representa.

Nesta perspectiva, buscamos marcar a formação discursiva, na qual, segundo a autora, se dá a materialização da ideologia na linguagem e determina o que deve ou não se deve

dizer, de acordo com a posição que o sujeito ocupa no discurso. Como estamos tratando aqui de um Governo, não podemos fugir da eminência de uma formação discursiva de um discurso político. Político aqui ligado ao político partidário, à política.

A formação discursiva do Governo Mineiro (FDG) corresponde a uma posição de sujeito regulador, responsável pela implementação e gerenciamento das políticas públicas, entre elas a de educação. E, numa formação discursiva contrária ao governo, os professores da rede pública do Estado. Representados pelo sindicato da classe, os professores, sujeitos inscritos numa formação discursiva sindicalista (FDS) demonstram sua insatisfação com a gestão da política educacional.

O homem se constitui sujeito pela e na linguagem, sujeito de linguagem descentrado, pois é afetado pelo real da língua e da história, não consegue ter controle de como é afetado. (Orlandi, 2009).

A autora define discurso como efeito de sentido entre locutores, já que não se trata apenas de transmissão de informação, decifração de códigos. As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Efeitos de sentidos, pois ideologia e historicidade e sujeito constituem-se ao mesmo tempo pela materialidade da língua.

Em seus estudos sobre as formas do silêncio, Orlandi (2012, p. 128-129) nos mostra que, assim como o discurso tem relação necessária com o político, o silêncio tem a mesma relação com o sentido. “O silêncio não fala, ele significa”. (ORLANDI 2012, p. 129). De acordo com a autora em *Discurso e Texto*:

O silêncio tem duas formas. Distinguimos pelo menos duas formas de silêncio: 1. Silêncio Fundador, aquele que é necessário aos sentidos: sem silêncio não há sentido (haveria o muito cheio da linguagem). 2. Política do silêncio: a. Silêncio Constitutivo, que nos indica que para dizer é preciso não dizer, em outras palavras, todo dizer apaga necessariamente outras palavras produzindo um silêncio sobre outros sentidos e b. Silêncio Local, ou Censura, que remete propriamente à interdição: apagamento de sentidos possíveis mas proibidos, aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura. (ORLANDI, 2012, p. 128)

Antes de diferenciar as duas formas de silêncio, consideramos pertinente explicar o implícito (não dito) de Ducrot, (1977, p. 14): “Tudo o que é dito pode ser contradito. De tal forma que não se poderia anunciar uma opinião ou um desejo sem expô-los ao mesmo tempo às eventuais objeções dos interlocutores”. Em Ducrot o não dito é alheio à vontade do locutor e pode significar. Em Orlandi o silêncio é fundador, sem o qual nada significa. Façamos a distinção das duas formas do silêncio. “A diferença entre o silêncio fundador e a política do

silêncio é que a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz, enquanto o silêncio fundador não estabelece nenhuma divisão: ele significa em (por) si mesmo”. (ORLANDI, 2011, p.73).

Tomaremos para nossos estudos a forma do silêncio constitutivo por estarmos tratando de formações discursivas que se sustentam a partir de normas, regras e leis, que para serem constituídas necessariamente apagam outros dizeres para significar os dizeres que são ditos. Como exemplo: O Governo **que representa o povo** por ter-lhe sido outorgado **o poder pelo voto do povo** (grifo nosso). Podemos apontar como apagamento, a que poder o Governo se refere, que ações o governo pode empreender com tal poder.

Para a finalização deste nosso primeiro capítulo, é importante trazermos a releitura que Orlandi (2009) faz do conceito de autoria da obra de Foucault (1996) e como se dão os gestos de interpretação.

Para Foucault, “o indivíduo que se põe a escrever um texto no horizonte do qual paira uma obra possível retoma por sua conta a função do autor” (2005, p. 28-29). De acordo com o autor, o que determina a “função do autor” é a existência e a circulação de alguns discursos no interior da sociedade, isto é, não é importante quem criou o discurso mas a forma como o discurso foi significado por quem o produziu que vai fazer com que seja determinada a autoria. O autor será aquele que tiver o nome atribuído ao texto. (FOUCAULT, 2005). Para Orlandi a noção de autor está ligada à função enunciativa:

Procuramos estender a noção de autoria para o uso corrente, enquanto função enunciativa do sujeito, distinta da de enunciador e de locutor (ORLANDI, 1987). Com isto, a função-autor, para nós, se limita, como em Foucault (1983), a um quadro restrito e privilegiado de produtores “originais” de linguagem (...) a função-autor se realiza toda vez que o produtor da linguagem se apresenta na origem, produzindo um texto com unidade, coerência, progressão, não-contradição e fim. Em outras palavras, ela se aplica ao corriqueiro da fabricação da unidade do dizer comum, afetada pela responsabilidade social (Orlandi, 1993): o autor responde pelo que diz ou escreve pois é suposto estar em sua origem. (2009, p. 69)

Se em Foucault o autor é origem de significação e constrói discursividade (ORLANDI, 2004, p. 68), em Orlandi, (2004, p. 69) “o autor responde pelo diz ou escreve pois é suposto estar em sua origem.”

A autora aponta a necessidade de se considerar textualidade e discursividade para a compreensão do sentido e funcionamento do texto. A distinção que Orlandi (2009) apresenta entre discursividade e textualidade também se dá entre autor e sujeito. Textualidade tem a ver com a forma material, é a materialização do discurso. Discursividade é a materialização do

discurso entre a língua e a história. O discurso está para o texto, assim como o sujeito está para o autor, sendo o texto uma unidade analítica e o discurso uma unidade teórica.

Orlandi (2009) considera que a interpretação tem função heurística. Compreender é saber como um objeto simbólico produz sentido, saber como as interpretações funcionam e como se constituem os sentidos que estão ali e outros que podem estar. Situa o lugar da interpretação e afirma que a interpretação acontece em dois momentos da análise: no primeiro momento o analista deve descrever a interpretação que o sujeito traz em seu discurso e, no segundo momento, o analista precisa utilizar um dispositivo teórico, para que seu envolvimento com a interpretação seja deslocado em sua relação com o sujeito.

Ao analista cabe descrever minimamente através de reflexão e análise, não são somente dados. Os dados de linguagem constituídos deverão ser apresentados através de métodos analíticos. O analista não ficará fora da ideologia, mas vai deslocar e produzir uma leitura outra, perceber os deslizamentos, questionar a evidência pois no próprio objeto do analista existe uma interpretação do sujeito que está lá.

Sob esta perspectiva, buscaremos demonstrar que sentidos outros estão nas discursividades dos sujeitos relacionados nestes trabalhos. Lembrando que cada analista mobiliza conceitos de acordo com suas questões, trataremos de mobilizar e retomar tais conceitos e outros mais que por ventura não tivermos aqui detalhado, quando das considerações das questões por nós propostas no decorrer desta dissertação.

POLÍTICAS PÚBLICAS: O DISCURSO DO ADMINISTRATIVO

Há algumas décadas não estava muito claro o sentido que se dava a políticas públicas e pensava-se em algo relativo ao governo e ao Estado em ação. No século 20 foi marcante a preocupação do Estado com a promoção do bem-estar da sociedade, com a necessidade da criação de projetos para atender às demandas sociais. Surgem, assim, as políticas públicas.

De acordo com Frey (2000, p. 214), essa vertente de pesquisa da ciência política começou a se instituir já no início dos anos 1950, nos Estados Unidos e na Europa, particularmente na Alemanha e, a partir do início dos anos 1970, com a evolução da social democracia, o planejamento e as políticas setoriais.

Martins (2013) relaciona a ciência política aos *policy makers* – fazedores de políticas – que buscavam ferramentas e instrumentais para o enfrentamento do desenvolvimento pós-Segunda Guerra Mundial. Em outra perspectiva, o objetivo era ampliar as possibilidades de

análise nesse campo e construir um campo disciplinar que priorizasse o conhecimento. A política pública nasce de contribuições das diversas disciplinas para a construção do campo de políticas públicas sem perder de vista suas origens na ciência política – economia, política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas –, “compondo uma subárea de estudos que tinha como propósito, de acordo com o autor, subsidiar a solução de problemas provocados pela ação do Estado, bem como entender suas causas e consequências, condicionadas por um contexto específico em determinado espaço de tempo (MARTINS, 2013, p. 280).

Souza (2006, p. 26) aponta suposições pertinentes ao admitir a política pública como campo holístico:

A primeira é que, como referido acima, a área torna-se território de várias disciplinas, teorias e modelos analíticos. Assim, apesar de possuir suas próprias modelagens, teorias e métodos, a política pública, embora seja formalmente um ramo da ciência política, a ela não se resume, podendo também ser objeto analítico de outras áreas do conhecimento, inclusive da econometria, já bastante influente em uma das subáreas da política pública, a da avaliação, que também vem recebendo influência de técnicas quantitativas. A segunda é que o caráter holístico da área não significa que ela careça de coerência teórica e metodológica, mas sim que ela comporta vários “olhares”. Por último, políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.

Com a democratização do país no início dos anos 80, as políticas públicas que no Brasil eram determinadas pela centralização financeira e por tomadas de decisão na esfera federal, passam pelo processo de reformulações. Dessa forma, sofrem mudança discursiva, sem, no entanto, alterarem sua constituição de reguladora de ações na/para a sociedade.

A democratização, além da descentralização dos processos decisórios, pretendem apagar a exclusão da sociedade civil do processo de formulação e implementação das políticas públicas envolvendo movimentos sociais e categorias profissionais que se ocupam da prestação de serviços públicos visando ganhos de eficiência.

A partir da década de 90, com o país abalado pela crise fiscal e escassez de recursos, além da divisão de distribuições, são expostas novas preocupações com o processo de modernização. Eficiência, eficácia, efetividade de ações governamentais e serviços públicos de qualidade passam a ser incorporados. Segundo Farah (2004), a dimensão de redistribuição de poder é o que vem fortalecendo a democratização das relações entre Estado e Sociedade. Novas modalidades de instituições são envolvidas no poder decisório, especialmente os conselhos.

Sob uma relação simbólica de maior produção com a participação dos cidadãos na gestão das ações políticas sociais, fruto de uma ideologia capitalista, novas formas de gestão nas organizações estatais são introduzidas com os objetivos de desburocratização de procedimentos e dissimulação da hierarquização dos processos decisórios.

No Estado de Minas Gerais, o governo (2003 a 2006) propõe reforma de Estado e modernização de gestão.

O setor público mineiro apresentava crítica situação financeira, com uma década de déficits fiscais crônicos e endividamento crescente, planejamento e orçamento desarticulados, com conseqüente descrédito dos planos, despesas orçamentárias sem cobertura financeira, acarretando sérias dificuldades com fornecedores e ausência de instrumentos de controles gerenciais, especialmente de planejamento e orçamento. Dado esse contexto, uma das plataformas da campanha do Governador eleito foi a necessidade de revigorar o planejamento público em Minas. (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2006, p. 43)

Segundo Augusto (2010, p. 99) o programa apresenta-se como inovador em seu conteúdo e prevê, além da modernização da administração, a racionalização de gastos, monitoramento e avaliação de ações e resultados governamentais.

O choque de gestão constitui adequação institucional voltada para o desenvolvimento e foi concebido a partir de uma perspectiva integradora de políticas. O projeto, considerado como linha condutora principal do programa governamental para Minas Gerais, foi elaborado por Antônio Anastasia. Eleito vice-governador em 2006, assume o governo em 2010 após renúncia do governador e é reeleito em 2011, permanecendo no cargo até abril de 2014, quando renuncia para assumir a coordenação da campanha do candidato Aécio Neves à Presidência da República.

Neste ponto, é relevante lembrarmos que para a AD, segundo Orlandi (2009) que os sentidos são sempre determinados ideologicamente e os sentidos que as palavras recebem surgem a partir da formação discursiva em que se inscrevem. Dessa forma, podemos definir formação discursiva como “aquilo que numa formação ideológica dada, ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode ou não ser dito”. (ORLANDI 2009, p.43). Desta forma, ao darmos sequência em nossa pesquisa, trabalharemos com as situações discursivas (SD) para demonstrarmos a possibilidade de sentidos nos enunciados recortados. Nas situações discursivas, utilizaremos palavras destacadas em negritos, grifos nossos.

Situação Discursiva 1 - **SD1**

Anastasia (2006, p. 15 – grifo nosso), conceitua o choque de gestão como “um conjunto de medidas de rápido impacto para modificar, de vez, o padrão de comportamento da Administração estadual, imprimindo-lhe um ritmo conveniente com a contemporaneidade própria de uma gestão **eficiente, efetiva e eficaz**”.

SD2

Os resultados logo apareceram. Na área de educação, o **Estado** volta a pontuar entre aqueles com **melhor desempenho escolar** do País. Na saúde, reduziu em 17% a mortalidade infantil e em cerca de 50% a desnutrição. Na infraestrutura, o Estado está tirando do isolamento 219 cidades ainda ligadas apenas por estradas de terra. A energia alcança o interior e a telefonia móvel chegou a 100% das cidades. (Ibidem – grifo nosso).

Importante demonstrarmos aqui, a formação discursiva em que se inscreve o governo mineiro. De acordo com Orlandi (2006, p. 17), as formações discursivas, na linguagem, são as projeções das formações ideológicas, isto é, o enunciado adquire sentido em referência às posições em que o sujeito se inscreve no discurso. Tomemos como referência as situações discursivas (SD) acima.

Esses enunciados são recortes do livro produzido por GUIMARÃES et al. (2006), intitulado *Do Choque de Gestão à Gestão para a Cidadania - 10 Anos de Desenvolvimento em Minas Gerais*. Este livro traz em suas páginas a descrição, os objetivos e desenvolvimento da política do Choque de Gestão. Quem ocupa o lugar de sujeito na SD1 é o governo com posição sujeito administrativo que traz em sua formação ideológica o discurso administrativo. É pelo fato mesmo do dizer que o sujeito se diz, se constitui (Orlandi 2006, p. 17). Os substantivos em negrito na SD1 demonstram a necessidade ou a capacidade de desenvolver ações com competência: *eficácia, eficiente, ações constitutivas de administração*.

Na SD2, a expressão demonstra mais uma vez o discurso administrativo como o discurso que marca a capacidade de gerenciamento das políticas públicas.

Tomando o discurso como materialidade da ideologia e a língua como materialidade do discurso, sujeito e sentido são constituídos e afetados ao mesmo tempo. Ao enunciar sujeito e sentido se constituem e dizeres que são falados antes em outro lugar e independentemente estão em movimento nos interdiscursos e mobilizam efeitos da memória e do presente. (ORLANDI 2006, p. 17) Nesta perspectiva, a posição sujeito governo nos remete aos discursos administrativos que buscam ser persuasivos, convincentes e competentes. Assim como demonstra a expressão “melhor desempenho” ressoando na memória a questão da melhoria qualidade da educação.

Considerando-se que as políticas públicas se constituem nas relações de diferentes organismos da sociedade com interesses diferentes e que podem se identificar ou não pelas ações realizadas pela política pública. Isso significa, segundo Rua (2012), que:

As políticas públicas (*policies*) ocorrem em um ambiente tenso e de alta densidade política (*politics*), marcado por relações de poder, extremamente problemáticas, entre atores do Estado e da sociedade, entre agências Intersetoriais, entre os poderes do Estado, entre o nível nacional e níveis subnacionais, entre comunidade política e burocracia”. Em Orlandi (2010), a teoria discursiva do sujeito: “Trata-se de pensar a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia, no simbólico, constituindo a forma-sujeito – histórica. (p. 34)

Esta forma sujeito-histórico sofre o processo de individuação e se identifica com uma formação discursiva. Uma vez identificado com a formação discursiva, o sujeito individuado ocupa uma posição sujeito. Estas posições são constituídas umas em relação às outras e pela ideologia, um ritual sujeito a falhas, no qual pode haver ruptura e assim resistência. No processo de individuação, pode haver a falha do Estado, provocando as diferenças que são significadas como divisão de classes.³

A partir deste ponto de vista, trataremos de demonstrar os sentidos de política pública em circulação proferidos pelo Governo mineiro e como esses sentidos são significados na sociedade.

3.1. POLÍTICA PÚBLICA: CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS

Existem vários sentidos em circulação sobre o que seja política pública. Autores como Mead (1995 apud Souza, 2006) definem política pública como um campo dentro do estudo da

³ Conforme anotações feitas em sala de aula, na disciplina Discurso e Interpretação, ministrada no Mestrado em Ciências da Linguagem, da Universidade do Vale do Sapucaí, pela Prof^a Orlandi. (fev. 2016).

política que analisa o poder público à luz de grandes questões públicas. Já Lynn (1980 apud Souza) define como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986 apud Souza, 2006) define política pública como a soma das atividades dos governos que agem diretamente através de delegação, e que podem influenciar a vida dos cidadãos.

Ao analisarmos as definições que os autores citados por Souza (2006) nos trazem, podemos observar o Estado como um dos componentes da política, com posição de sujeito gerenciador de políticas públicas, que pode com suas ações interferir na vida dos cidadãos.

Na Análise de Discurso as condições de produção correspondem ao sujeito, à situação e à memória que também fazem parte da produção do discurso. As circunstâncias de enunciação, nas condições de produção podem ser consideradas em sentido estrito e amplo. Sentidos estrito e amplo incluem contexto imediato e contexto sócio-histórico, ideológico, consecutivamente. Apoiados na exterioridade constitutiva a que a memória discursiva nos remete, podemos considerar: o Estado inscrito numa formação discursiva política, é caracterizado como o órgão gestor, com poderes de ações que interferem diretamente na vida da população a qual é tratada como cidadãos, que através do voto - pela política partidária - lhe concede o direito de gerenciamento e intervenção.

De acordo com a publicação no Portal oficial do Governo de Minas:

Política pública é o resultado de atividades políticas e de gestão pública na alocação de recursos e na provisão de bens e serviços públicos. Política pública pode ser entendida como um sistema de decisões públicas que visa manter ou modificar a realidade por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e de alocação dos recursos necessários para se atingir os objetivos estabelecidos. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2016)⁴

O próprio Estado se posiciona na formação discursiva do administrativo e se denomina regulador de políticas públicas quando coloca política pública como o resultado de atividades políticas e de gestão pública. Historicamente ligado a um sistema socioeconômico, neste caso capitalista, tem o poder de manter ou modificar a vida de seus cidadãos definindo o processo de individuação do sujeito pelo Estado.

Como observa Orlandi (2014, p. 17), “de um lado, o modo como o Estado administra o político afeta a sociedade e as instituições, em consequência, a maneira como vivemos as relações de poder geridas pelo Estado e somos afetados, somos significados e nos significamos por elas”. Importante esclarecer neste momento que o político ao qual a autora

⁴ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Disponível em: <<http://www.politicaspUBLICAS.almg.gov.br>>. Acesso em: 27 out. 2016.

se refere é o político pela Análise de Discurso, em que os sentidos e os sujeitos são divididos em si e entre si, inscritos em formações discursivas específicas, constituídos em circunstâncias de enunciação e contexto sócio-histórico.

Para Azevedo (2003, p. 17), política pública “é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões.” A partir de tal conceito, aponta como características a busca do consenso para suas implementações e definições de normas e métodos para administração dos conflitos.

Azevedo (2003) traz em perspectiva diferente entre os autores a busca do consenso para suas implementações e definições de normas e métodos para administração dos conflitos, em que as políticas públicas se fundamentam em uma lógica consensual visando à participação de uma maioria e de uma possível participação das minorias e excluídos sociais nas instituições jurídicas, culturais, educativas, entre outras.

A Análise de Discurso discute a questão do consenso numa perspectiva discursiva e busca compreender, conforme Orlandi (2004) apresenta em pesquisa no projeto Cidade, Consenso, Administração, Linguagem e Lei (CAeL), “o funcionamento das instituições urbanas, seus efeitos na vida dos sujeitos e para determinar os paradoxos do discurso atualmente dominante sobre a democracia.” (p. 12) E também de que forma os sujeitos que não se identificam com esse discurso estabelecem a relação de conflito com Estado.

Hofling (2001, p. 31) compreende a política pública como responsabilidade do Estado:

Estado como Conjunto de instituições permanentes, como órgãos legislativos, tribunais, entre outras que possibilitam a ação do governo; e Governo como conjunto e projetos que parte da sociedade (político, civil e técnico, entre outros) que propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções do Estado por um determinado período.

Offe (apud Hofling 2001, p. 33) afirma que o Estado atua como “regulador a serviço da manutenção das relações capitalistas em seu conjunto”. Desta forma, as ações compreendidas pelo Estado capitalista podem gerar resultados diferentes do esperado e podem sofrer efeitos diferentes que são expressos nas relações sociais de poder.

Retomando o que Orlandi nos coloca em relação às condições de produção em sentido amplo em que o contexto sócio-histórico e ideológico são incluídos, essa relação de poder que traz o enunciado anterior, marca a posição sujeito que o governo ocupa na sociedade. Na posição de administrador, o Estado, através de programas sociais, procura manter sob controle parcelas da sociedade na tentativa de garantir o equilíbrio e consenso e pode interferir e impactar a vida dos cidadãos à medida que suas políticas são implementadas. Pode impactar

de forma positiva ou negativa, dependendo da identificação ou não dos sujeitos com o discurso do governo e a aprovação das políticas implementadas.

Numa outra visão de Estado e posição de instituições, retomaremos à teoria dos Aparelhos Ideológicos de Estado, de Althusser:

Num primeiro momento podemos observar que, se existe um Aparelho (repressivo) de Estado, existe uma pluralidade de aparelhos Ideológicos. Num segundo momento, podemos constatar que enquanto o aparelho (repressivo) de Estado, unificado, pertence inteiramente ao domínio público, a maioria dos Aparelhos Ideológicos de Estado (na sua dispersão aparente) revela pelo contrário do domínio privado. Privados são Igrejas, os Partidos, os sindicatos, as famílias...etc. (1971, p. 44)

Entre os sentidos colocados em circulação podemos observar algumas regularidades discursivas: política pública materializada através dos governos, com diferentes sujeitos com poder decisório e como ação intencional que produz efeitos na/e para a sociedade buscando uma lógica consensual para a promoção de equilíbrio e estabilidade na sociedade.

Nas regularidades podemos ver manifestadas a formação discursiva administrativa, em que a ideologia capitalista impõe uma estrutura estatal que dê conta de regular, implementar e gerenciar ações políticas que tragam a sensação de bem-estar à sociedade. Dessa forma, podemos inferir que somos significados na sociedade como sujeitos sociais individuados pelo Estado. Neste processo de individuação somos interpelados pela ideologia, no simbólico como sujeitos jurídicos com direitos e deveres e com liberdade de escolhas. “Isto assim é no imaginário do mundo capitalista”. (ORLANDI, 2010, p. 15).

Nosso objeto são as políticas educacionais, uma das esferas da política pública. Considerada como uma política de corte social, é de responsabilidade do Estado e está sob sua interferência, sendo pensada por diferentes organismos com função de “redistribuição de benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento sócio-econômico”. (HOFLING, 2001, p. 31)

3.2. POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO: CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO

A partir dos anos 90, com o discurso de reformulação e crescimento, visando à modernização e inserção do país na globalização econômica, podemos observar a intensificação de ações no campo educacional por parte do governo brasileiro que estabelece

como objetivos a universalização do ensino fundamental e o combate à evasão escolar. Entre as medidas tomadas para alcançar seus objetivos, destacamos o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Observemos a situação discursiva abaixo:

SD3

Com a consolidação da sociedade capitalista, a organização da sociedade, as relações de produção, a concepção de homem e educação passam por mudanças. “O homem **assume** a posição de indivíduo que **vende** sua força de trabalho e, ao vendê-la, **transforma-se** em fator de produção e o ser histórico humanizado nas relações entre homens **deixa** de existir”. (OLIVEIRA, 2013, p. 245 – grifo nosso).

O enunciado apresenta verbos regulares que determinam a posição do homem. Se pensarmos discursivamente, ou seja, incluindo a possibilidade de produção de diferentes sentidos no processo de significação, o homem:

O homem não produzia antes da sociedade capitalista.

O homem não era um indivíduo antes da sociedade capitalista.

O homem para ser indivíduo produtor precisa ser desumano.

Neste sentido, há o deslizamento da educação que deixa o status humanístico e passa a ser vista como setor produtor para o mercado, já que é o homem quem a produz. O discurso dominante do capitalismo trata pessoas e instituições como produtoras de capital. “O cidadão passa a ser alguém em quem depositar as esperanças de um país melhor, de uma sociedade mais promissora”. (ORLANDI, 2010, p. 82).

Em sua teoria dos Aparelhos Ideológicos, Althusser (1985) afirma que todos os Aparelhos Ideológicos de Estado impõem relação de exploração capitalista, dentre eles, a escola. Segundo o autor, a escola desempenha papel dominante, pois assume em seu interior a reprodução da ideologia dominante, da formação social capitalista e por ela passam crianças

de todas as classes sociais que são formadas para exercerem papéis que são previamente determinados pela sociedade de classes.

A escola, nesta ótica capitalista dominante, tem a responsabilidade de formação técnica, social e ideológica dos indivíduos para servir ao mundo do trabalho.

Para a classe trabalhadora, ao contrário do imaginário da ideologia dominante, a educação é a oportunidade para a apropriação do saber e melhoria de vida.

Nesta perspectiva, Oliveira (2013, p. 246) afirma que a educação:

Como prática social que se desenvolve nas relações estabelecidas entre os grupos, seja na escola ou em outras esferas da vida social, caracteriza-se como campo social de disputa hegemônica, disputa essa que se dá, na “perspectiva de articular as concepções, a organização dos processos e dos conteúdos educativos na escola e, mais amplamente, nas diferentes esferas da vida social, aos interesses de classes.” (FRIGOTTO, 2000, p. 25). Assim, a educação constitui uma atividade humana e histórica que se define na totalidade das relações sociais.

Dessa forma, as relações sociais constituem processos educativos, assim como processos educativos se constituem em processos de trabalho “A educação e a formação humana terão como sujeitos definidos as necessidades, as demandas do processo de acumulação de capital sob as diferentes formas históricas de sociabilidade que assumem” (Frigotto, 2000 apud Oliveira, 2013, p. 246) e não somente o desenvolvimento cognitivo cultural, político, filosófico, historicamente produzido pelos homens. Sob esta perspectiva podemos aproximar os discursos de Oliveira (2013) e Althusser (1985): a escola como espaço ideológico e reprodutora do discurso capitalista, do discurso dominante.

De acordo com Hirt (2001 apud Feldfeber, 2013, p. 126), é a passagem da “massificação” do ensino para a era da “mercantilização”. Para que o Estado consiga competir economicamente, o trabalhador precisa ser melhor educado, bem como o consumidor.

O que se percebe, é que há a preocupação e o empreendimento visando à formação e à elevação da escolaridade da força de trabalho e a melhoria da qualidade de ensino com o objetivo de promoção da competitividade, eficiência e produtividade.

Segundo Oliveira (2013 – grifo nosso) em relação às finalidades sociais da escola:

SD4

<p>A educação foi sendo pensada como projeto social pela ótica das demandas dos grupos hegemônicos de acordo com as especificidades de cada sociedade. No atendimento a essas demandas, as sociedades, principalmente as sustentadas pela ideologia capitalista liberal, várias são as finalidades da educação escolar, dentre elas, algumas destacadas pelo autor: (a) Garantir a unidade nacional e legitimar</p>

o sistema; (b) **contribuir** com a coesão e o controle social; (c) **reproduzir** a sociedade e **manter** a sua divisão social; (d) **promover** a democracia da representação; (e) **contribuir** com a modalidade e a ascensão social; (f) **apoiar** o processo de acumulação; (g) **habilitar** técnica, social e ideologicamente os diversos grupos de trabalhadores para servir ao mundo do trabalho; (h) **compor** a força de trabalho, preparando, qualificando, formando e desenvolvendo competências para o trabalho; (i) **proporcionar** uma força de trabalho capacitada e flexível para o crescimento econômico. (p. 238)

No enunciado acima, podemos observar que as finalidades da educação elencadas trazem um conjunto de verbos que designam qual a educação que o discurso dominante deseja para a sociedade. A utilização dos verbos em seus significados comuns trazem significados de ações que direcionadas possam formar sujeitos capacitados que, no imaginário ideológico do capitalismo neoliberal, poderão reproduzir a lógica da competição do mercado. O sujeito de linguagem que ocupa o papel de Governo define as necessidades da sociedade.

Oliveira (2013 – grifo nosso) afirma ainda que a história também indica uma disputa em torno do desenvolvimento dos projetos educacionais que atendam aos anseios da sociedade e afirma que os movimentos sociais, principais envolvidos nestas disputas, apontam funções para educação escolar sob outra perspectiva:

SD5

(a) **transformar** a sociedade, de modo a eliminar as divisões sociais estabelecidas; (b) **desbarbarizar** a humanidade, no que concerne aos preconceitos, opressão, genocídio, tortura, etc; (c) **conscientizar** os indivíduos, tendo em vista uma formação de sujeitos críticos, autônomos e emancipados; (d) **desenvolver** uma educação integral, que permita o desabrochar das potencialidades humanas; (e) **apropriar-se** do saber, que permita uma socialização ampla da cultura e apreensão dos conhecimentos e saberes historicamente produzidos; (f) **formar** para o exercício pleno da cidadania. (p. 238)

Em formação discursiva diferente, portanto ideológica, o sujeito de linguagem ocupado pelos movimentos sociais, compreende a educação como emancipação social, uma oportunidade de inclusão. Ao utilizar verbos como “desbarbarizar”, “apropriar”, “formar”, marca a posição ideológica de uma classe dominada que se vê excluída em uma sociedade capitalista selvagem.

Segundo Oliveira (2013), a educação passa a ser compreendida como direito universal básico e como um bem social público, condição para emancipação social, concebida numa ótica democrática e de qualidade. As políticas educacionais precisam ser pensadas e implementadas de maneira que os projetos atendam a maioria da população. Mais uma vez, vemos funcionar a lógica do consenso apoiada na relação harmônica e no apagamento do político. Esta lógica nos permite observar o imaginário do mundo capitalista, sua relação com a cidadania (direito) e civilidade (pluralidade), relação entre o jurídico e o administrativo, assim como coloca Orlandi (2010,), quando discute o laço social e seus lugares, denominado tópica cívica.

Com a tendência que se instaura no país dos governos em produzirem políticas públicas de controle e investimento nas políticas sociais, a fim de coletar e produzir elementos para análise da realidade e das dificuldades existentes, passam a instituir políticas avaliativas, que de forma globalizada foram colocadas em evidência, a partir do “Choque de petróleo”⁵. Os investimentos na área de educação passam a ser questionados, segundo Oliveira (2013).

Em Minas Gerais, com a implementação do Choque de gestão, foi adotado o “Acordo de Resultados” implementado pela Lei estadual nº 17.600/08, de 1º de julho de 2008, e regulamentado pelo Decreto nº. 44.873/08, de 14 de agosto de 2008, com a concepção de autonomia e de prêmios por produtividade para todos os servidores estaduais. Na área de Educação não é diferente. Para Secretaria de Estado de Educação, o Acordo é:

Instrumento de pactuação de resultados que estabelece, por meio de indicadores e metas, os compromissos dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual perante a estratégia governamental. Em contrapartida são concedidas aos acordados autonomias gerenciais e, em caso de desempenho satisfatório, pagamento de prêmio de produtividade aos servidores, como incentivo. Ao celebrar o Acordo de Resultados, as secretarias são transparentes com a sociedade - público externo - e seus servidores. (MINAS GERAIS, 2015, p. 28-30)⁶

De acordo com a Secretaria de Estado de Minas Gerais, (2015), ao tomarem conhecimento das prioridades pactuadas, os servidores estabelecem as estratégias para o

⁵ Choque do petróleo: Crise energética causada pela escassez de petróleo em 1973, que desencadeou uma grande recessão mundial, provocando a estagnação do crescimento e colocando o modelo de Estado em xeque. Neste momento, assistimos o triunfo da teoria neoliberal, que tinha como princípio o mercado como regulador das ações sociais e não o Estado. O Estado deveria reduzir os investimentos na ações sociais para que se tornasse mais leve e mais forte, arrecadando mais e investindo menos.

⁶ MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. SEE/MG. **Metas Educacionais, Acordo de Resultados e Prêmio de Produtividade: a experiência da rede estadual de ensino de Minas Gerais.** Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/component/search/?all=acordo+de+resultados&area=a>> Acesso em: 27 out. 2015.

cumprimento das metas, e, em contrapartida, receberão o prêmio de produtividade, de acordo com seus desempenhos. As metas são pactuadas anualmente e os servidores são premiados proporcionalmente ao cumprimento das metas. Se não houver resultado positivo, não há premiação. A política da meritocracia é instaurada assinalando mais uma das características da ideologia do capitalismo.

As escolas estaduais assinaram o Acordo, e assim como os demais servidores, comprometeram-se a atingir os índices estabelecidos pelo governo. Segundo Cirilo (2012), a partir desse Acordo, as instituições escolares passaram a ter maior responsabilização pelos resultados escolares, sobretudo no Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Básica - SIMAVE, considerado como índice de qualidade da Educação Básica na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais - REEMG, além do IDEB e Programa de Avaliação da Alfabetização.

Para a Secretaria, pais, alunos e professores precisam se tornar responsáveis em prol da melhoria da qualidade educacional. Os resultados da avaliação são amplamente divulgados, sendo afixados na portaria de cada escola e na mídia. A política de resultados mineira é bem vista pelo Banco Mundial, que considera o Estado como líder no incentivo ao desenvolvimento da gestão educacional.

A prioridade da educação mineira seria a qualidade.

SD6

Políticas Educacionais, para produzir nos **resultados**, devem ser formuladas e implantadas como parte de um conjunto de políticas destinadas a promover o **desenvolvimento** integrado, englobando as dimensões econômica, social, política, cultural etc. (GUIMARÃES et al., 2006 – grifo nosso).

A formulação acima faz parte do livro documento produzido por Guimarães et al., (2006) no qual é detalhado o Pacto de Gestão como nova política pública do Governo de Minas. Nele estão contidas as prioridades do governo mineiro, sendo uma de suas prioridades a educação de qualidade. Nesta formulação é possível observar o que Orlandi denomina de ‘efeito metafórico’ ao utilizar os substantivos “resultados” e “desenvolvimento”: Qualidade = resultados; Qualidade = desenvolvimento. Esse efeito metafórico é produzido pelo discurso administrativo que apresenta a ideologia da sociedade do conhecimento, das competências e

da empregabilidade. Derivada da obra da Teoria do Capital Humano de Frigotto, é baseada na nova sociedade capitalista:

Apoia-se no capitalismo concorrencial de mercado; o aumento da produtividade marginal é considerado em função do adequado desenvolvimento e da utilização das competências dos trabalhadores; o investimento individual no desenvolvimento de competências é tanto resultado quanto pressuposto da adaptação à instabilidade da vida. Nos moldes neoliberais, acredita-se que isso redundaria no bem-estar de todos os indivíduos, na medida em que cada um teria autonomia a liberdade para realizar suas escolhas de acordo com suas competências. (FRIGOTTO, 2013, p. 68)

Para Augusto (2013), nesta perspectiva, as políticas educacionais ficam atreladas à lógica econômica, pois o que está em evidência são os resultados quantitativos que têm como pressuposto a eficiência. A efetividade desses resultados ficam sob responsabilidade dos professores e da escola. Vários autores questionam esta política de resultados, pois consideram outros fatores de interferência no processo de aprendizagem. Segundo a autora, o Estado se exime da responsabilidade de providenciar os meios necessários às adequadas condições de trabalho docente, como salários, carreiras atraentes e infraestrutura escolar. (AUGUSTO, 2013)

O que se percebe é que a política da educação baseada na meritocracia que deveria ser utilizada como base para buscar ações que alavancassem a qualidade da educação no Estado mineiro tem sido utilizada como mecanismo político para premiações e sanções no caso de resultados negativos. Nesta perspectiva, podemos observar algumas pistas de como a qualidade da educação pode ser significada nas posições discursivas apresentadas.

Retomaremos, neste ponto, nossas posições discursivas em destaque neste estudo: o Governo de Minas Gerais e Sind-UTE, e a relação conflituosa entre essas posições sujeitos sempre no que diz respeito a políticas educacionais e educação de qualidade.

QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

Para continuarmos a discussão, é necessário esclarecer que discursos, como característica própria, em relação aos sentidos de qualidade trazem um sentido polissêmico, no entanto, a maioria deles converge em dois pontos: 1 - a qualidade sempre medida quantitativamente. Nesse aspecto podemos observar esse funcionamento tanto para o governo quanto para o Sindicato, como podemos comprovar nas vozes do governo e sindicato, ao apontarmos a formulação do discurso do esporte que se apropria de números e estatísticas

para comprovar ou não o crescimento da qualidade da educação no Estado mineiro. Segundo Demo (1995, p. 10), é um equívoco confrontar qualidade e quantidade. Para o autor, a quantidade é a base e condição para qualidade. Ambas estão imbricadas, embora possa fazer a opção por uma e por outra. 2 - o desenvolvimento cognitivo e de valores culturais, morais e sociais.

A qualidade, para Demo (1995, p. 11), é dimensionada pela intensidade: “Tem a ver com profundidade, principalmente, com participação e criação. Está mais para ser do que o ter”.

Em sua definição de qualidade, Demo (Ibdem) a divide em formal e política. A formal se caracteriza pela habilidade de manejar instrumentos técnicos, manejo e produção de conhecimento. Pedagogicamente, diríamos que seriam as habilidades cognitivas, o conhecimento construído e adquirido que é avaliado pelas avaliações de larga escala e utilizadas para a criação dos rankings nacional e mundial relacionados à educação. A qualidade política é naturalmente ideológica. Passa pela condição do sujeito fazer e se fazer história, diante dos momentos históricos da sociedade.

O Governo Federal, através da LDB estabelece às esferas municipal, estadual e Federal o sistema educacional regido por meio de colaboração. De acordo com o Governo Federal (2007), qualidade é um conceito que muda constantemente e de acordo com as especificidades de cada escola. Para ajudar a comunidade escolar na determinação da qualidade, em ação educativa, criou junto com os órgãos Pnud, INEP, Seb/MEC e UNICEF, os Indicadores da Qualidade na Educação. O IDEB⁷ é o indicador para avaliação nacional da educação básica, a qual foi delimitada na pesquisa.

Ambiente educativo, prática pedagógica, avaliação, gestão democrática são algumas das dimensões indicadas para buscar e aferir a qualidade educacional. Pedagogicamente, habilidades como concentração, criatividade entre outras que garantam a formação para autonomia e cidadania, são consideradas habilidades do séc. XXI para a vida e para a escola. “Uma nova qualidade, onde se acentua o aspecto social, cultural e ambiental da educação, em que se valoriza não só o conhecimento simbólico, mas também o sensível e o técnico”. (GADOTTI, 2013, p.1). Com o objetivo de promover a equidade e qualidade da educação, o

⁷ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado pelo Inep em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no [Censo Escolar](#), e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o [Saeb](#) – para as unidades da federação e para o país, e a [Prova Brasil](#) – para os municípios. <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/o-que-e-o-ideb>. Acessado em 21/03/2015

Estado assume a função de regulador, conforme § 1º, do art. 211 da Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996:

A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. (BRASIL, 1996)⁸

Dentre os sentidos colocados acima, podemos observar um consenso em relação ao desenvolvimento cognitivo e a formação de cidadania, podemos incluir entre os órgãos que pactuam deste sentido a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF):

SD7

Dois princípios caracterizam grande parte das tentativas de definir qualidade em educação. O primeiro identifica o desenvolvimento cognitivo dos alunos como o principal objetivo explícito de todos os sistemas educacionais. Consequentemente, o sucesso dos sistemas em realizar este objetivo é um dos indicadores de sua qualidade. O segundo enfatiza o papel da educação na promoção de valores e atitudes de cidadania responsável e no provimento do desenvolvimento criativo e emocional. É mais **difícil avaliar e comparar a realização desses objetivos entre os países**. (UNESCO, 2005 – grifo nosso).⁹

A situação discursiva acima corresponde a partes do relatório de monitoramento global do Relatório de Monitoramento Global (EPT), do ano de 2005. Este relatório é uma publicação independente, autorizada pela UNESCO em favor da comunidade internacional. Depende necessariamente do trabalho do Instituto da UNESCO para Estatística dos resultados. Por este motivo é considerado relevante pela comunidade internacional e pela própria UNESCO. Decidimos por recortar tais situações para identificarmos a regularidade

⁸ Brasil. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996. Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições constitucionais Transitórias. 40.ed. com índice. Brasília: Centro de Documentação e Informação (CEDI), 2016. 124 p. Disponível em: < http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html/ConstituicaoTextoAtualizado_EC92.pdf >. Acesso em: 7 nov. 2016.

⁹ UNESCO. Relatório de Monitoramento Global de EPT. Educação para todos: o imperativo de qualidade. Tradução B&C Revisão de Textos S/C Ltda. São Paulo: Moderna, 2005. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/areas/educacao/institucional/EFA/relatoriosEFA/mostra_documento>. Acesso em: 7 nov. 2016.

discursiva em relação ao sentido de qualidade neste início de capítulo. Nestes discursos, os sujeitos ocupam posição de liderança a nível mundial.

No excerto, fica evidente a investida em definir a qualidade de educação marcando a questão cognitiva e a promoção de valores. Como já dito anteriormente, é pela ideologia que se produz o efeito de evidência. Os sujeitos do discurso se inscrevem em formação discursiva heterogênea: o discurso político e administrativo. Ocupam posições de comando de Estados membros das Nações Unidas e por conceberem basicamente os mesmos objetivos que são contribuir para a paz e segurança no mundo mediante a educação, gênero, a ciência, a cultura e as comunicações podem produzir o mesmo efeito de sentido em sua discursividade. Em inscrição ideológica do discurso político, trazem em sua formulação o discurso diplomático, elegante, e compartilham junto à comunidade internacional valores políticos e sociais, também presentes no discurso administrativo que busca determinar a estabilização de ordem e civilidade.

O que colocamos em questão aqui é o próprio discurso ideológico político que ao se caracterizar por um discurso persuasivo, civilizado, licencioso, apaga o político que para a AD é a divisão dos sentidos. Ao apagar o político, o discurso político apaga as diferenças, e assim como o discurso administrativo através da produção do consenso busca a estabilização social. Nessa concepção podemos depreender neste discurso, de acordo com o imaginário dos sujeitos em relação à responsabilidade e à capacidade de tornar possível a qualidade da educação, o papel do Estado na efetivação de ações para os objetivos que podem definir o que seja qualidade da educação. Observamos que o alcance da qualidade educacional está atrelado, como condição essencial, ao sucesso dos sistemas em alcançar o objetivo primeiro que é a questão cognitiva do aluno e o objetivo segundo, que é a promoção de valores e atitudes de cidadania responsável e no provimento do desenvolvimento criativo e emocional, conforme destacamos. O que se apaga neste discurso é quem são os sujeitos desse sistema e como esse sistema pode proporcionar ações que possam trabalhar as questões cognitivas. Podemos ainda indicar o silenciamento da discussão da desigualdade econômica e social dos países participantes das organizações. Esta afirmação é possível quando interpretamos a enunciação da dificuldade em avaliar e a efetivação dos objetivos entre os países.

Desta forma, procuramos demonstrar que qualidade de educação, na formação discursiva do discurso dominante, pode implicar em produção de consenso, competência administrativa, estabilização econômica e social que priorize a formação cognitiva e criativa e emocional, que forme cidadãos.

Em Minas Gerais, seguindo a tendência que se instaura no país a partir da década de 90, em que o Estado toma para si o papel de avaliador e regulador dos Sistemas de Ensino, o Governo, através da SEE-MG, com a proposta de conhecer, compreender e implantar uma política pública de educação eficaz que atenda as necessidades das escolas públicas do Estado, cria um sistema integrado de avaliação da educação: SIMAVE, criado em 2000, aperfeiçoado e ampliado a partir de 2003, compreende um sistema de avaliações anuais realizadas nas redes públicas, Estadual e Municipal. O SIMAVE é composto por três programas, a saber:

- PROALFA – Programa de Avaliação da alfabetização iniciado em 2005, avalia os alunos do 3º e 4º ano do Ensino Fundamental da Rede Pública. Através de análises dos resultados indica intervenções que auxiliarão na correção dos problemas encontrados no processo de avaliação.
- O PROEB – Programa de avaliação da Rede Pública de Educação Básica tem como objeto a avaliação das habilidades e competências desenvolvidas em língua portuguesa, história, geografia, ciências e matemática. Realizado desde 2000, o PROEB avalia alunos que se encontram no 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio e tem a escola como foco da análise dos resultados.
- PAAE – Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar fornece, através de sistema informatizado de geração de provas e relatórios de desempenho de turmas, dados que utilizados enquanto diagnósticos subsidiam ações pedagógicas interventoras. (MINAS GERAIS, 2008)¹⁰

O SIMAVE, avaliação em larga escala, com o objetivo de medir o desempenho dos alunos da rede pública em habilidades estabelecidas e consideradas fundamentais para o desenvolvimento cognitivo dos alunos em cada disciplina, aplica anualmente testes padronizados com questões de características próprias, através de seus coordenadores, orienta os professores a conectar esta avaliação à avaliação realizada em sala de aula, ao longo do processo de ensino-aprendizagem, pois, ambas possuem o mesmo currículo. A avaliação do SIMAVE deve ser uma fonte complementar de informações diagnósticas.

O SIMAVE conta com uma matriz de referência e matriz curricular. A primeira, através de um conjunto de descritores, avalia o conteúdo programático em cada período de escolarização e o nível de operação mental necessário para compor a matriz. A segunda apresenta os Conteúdos Básicos Comuns (CBC), desenvolvidos pela SEE-MG com a participação de especialistas de ensino. O CBC determina as diretrizes de ensino, obrigatórios para todos os alunos.

Através de Acordo de Resultados, estabelece metas que beneficiam financeiramente os profissionais da educação da rede pública Estadual. O Acordo de Resultados, amparado pela

¹⁰ MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Boletim pedagógico PROALFA 2008**. Minas Gerais, 2008, 34 p. Disponível em: http://www.simave.caedufjf.net/wp-content/uploads/2012/06/BOLETIM_PEDAGOGICO_PROALFA_2008.pdf. Acesso em: 7 nov. 2016

Lei nº 17.600, de 1º de julho de 2008, através de contrato realizado entre dirigentes do Poder Executivo e as autoridades com poder hierárquico ou de supervisão, com objetivo de medir o desempenho dos órgãos e entidades da Administração Pública, celebrado em duas etapas.

Na primeira etapa é pactuada a estratégia do Governo definida no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, desdobrada no Plano Plurianual de Ação Governamental, com foco nos resultados a serem perseguidos por cada sistema operacional. Na segunda, etapa é pactuado o desdobramento da estratégia de Governo em um conjunto de ações e indicadores representativos do papel de cada um das equipes de trabalho do governo dos órgãos e entidades da Administração Pública no alcance da estratégia de Governo (MINAS, 2008, p. 1)¹¹

O Acordo de Resultados firmado com a SEE estabelece metas e compromissos pactuados a partir da assinatura de um termo, que passa anualmente por reformulações para garantia de reformulações didáticas, com o objetivo da elevação da qualidade de ensino. As condições para o recebimento do Prêmio de Produtividade Capítulo IV – Seção I do Decreto 44.873, de 14 de agosto de 2008, serão tratadas no capítulo I do projeto de pesquisa.

SD8

De um lado temos o governo de Minas com o projeto do SIMAVE, defendendo e propagando o compromisso com a educação mineira e a qualidade desta educação. Contrariamente, os profissionais da educação do Estado de Minas Gerais que, através do sindicato da classe, preconizam a realidade da educação no Estado:

Desde que o modelo do choque de gestão foi feito no Estado, o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG) acompanhou as políticas públicas da educação (ou a sua **ausência**), os programas de governo e os indicadores de qualidade. Estudos feitos pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), relatórios do Tribunal de Contas do Estado, e mesmo as publicações oficiais do governo denunciam uma realidade diferente das peças publicitárias veiculadas no Estado. Há anos, o Sindicato **denuncia** as **precárias** condições de trabalho do professor e dos educadores em Minas Gerais, a **falta** de estrutura física das escolas, a **falta** de vagas na educação básica, a **destruição** da profissão docente no Estado. Em 2014, o comportamento da entidade não foi diferente. Apresentou a pauta de **reivindicações** com demandas relacionadas à educação de qualidade, acesso e permanência na escola (CERQUEIRA, 2014, p. 1 – grifo nosso).¹²

¹¹ MINAS GERAIS. Lei n.º 17.600, de 1º de julho de 2008. Disciplina o Acordo de Resultados e o Prêmio Produtividade no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=17600&comp=&ano=2008>>. Acesso em: 6 jun. 2016.

¹² CERQUEIRA, B. da S. **Querem calar os educadores mineiros**. Disponível em: <<http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=7&LISTA=detalhe&ID=6800>>. Acesso em: 9 jul. 2016

O excerto acima foi recortado do artigo *Querem Calar os Educadores Mineiros*, pela coordenadora geral do Sind-Ute, publicado no site oficial do sindicato. Este artigo escrito em 2014 traz uma série de denúncias, segundo Cerqueira, acerca das ações de políticas públicas do governo em relação à educação mineira. Retomando a constituição do sujeito pela AD, a posição-sujeito se dá na sua constituição na sociedade, através da identificação do sujeito individuado com uma formação discursiva. De acordo com Orlandi (2012, p. 228):

Isto deriva de seus modos de individuação pelo Estado (ou a falha do Estado), pela articulação simbólico-política através das instituições e discursos, daí resultando sua inscrição em uma formação discursiva e sua posição sujeito que se inscreve então na formação social (posição-sujeito patrão, traficante, Falcão etc) com os sentidos que o identificam sem sua posição sujeito na sociedade.

Desta forma, podemos anunciar a posição sujeito do sindicato. Ao observarmos as palavras em negrito, percebemos o sindicato numa posição discursiva contrária ao governo, posição de resistência e de denunciante das ações do Estado. De acordo com Orlandi (2012), esta posição de resistência se dá pela falta do Estado em sua função simbólica política.

O sindicato não se identifica com a formação do discurso do Estado e ao se individuar pela falha do Estado, próprio do sistema capitalista que divide a sociedade em classes. Dessa forma, podemos depreender, que pelo mecanismo de antecipação, que o imaginário do sindicato em relação à imagem que o Estado faz dos sindicalistas como sujeitos trabalhadores em posição hierárquica inferior que devem, enquanto sujeito de direito obedecer a normas e regras. Dessa forma, o imaginário do sindicato em relação à identificação discursiva do proletário, projeta um discurso de resistência.

Podemos apontar como interpretação possível, o sindicato assumindo posição de defensor de direitos de uma classe que luta pelo bem da sociedade que é a *qualidade* da educação. Para corroborar as declarações acima, consideremos a situação discursiva abaixo, recortada da carta em resposta à propaganda de Volta às Aulas. Neste ponto, é importante dizer novamente que para a AD, “a ideologia é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo interpelado em sujeito pela ideologia produz o dizer” (ORLANDI, 2009, p. 46). Segundo a autora¹³, a interpretação está diretamente ligada à ideologia. Pelo

¹³ Conforme anotações feitas em sala de aula, na Disciplina Discurso e Interpretação, ministrada no Mestrado em Ciências da Linguagem, pela Universidade Vale do Sapucaí, pela professora Orlandi (fev. 2016)

funcionamento da ideologia o sentido vai aparecer, mas sabemos que outros sentidos podem estar em funcionamento.

SD9

Carta aberta à atriz global Débora Falabella: a verdade sobre a educação de Minas Gerais

Este enunciado é um recorte da carta escrita pela coordenadora do Sind-UTE, direcionada à atriz Débora Falabella em resposta à propaganda protagonizada pela atriz. Escrito em negrito, sublinhado e em letra maior, pode-se inferir que foi materializado neste formato com o intuito de chamar atenção para o assunto e para quem a carta está sendo direcionada. Como já dissemos, o sujeito se inscreve em uma formação discursiva para que possa dizer e para que suas palavras tenham sentido. E isso lhe parece natural, ele se reconhece nos sentidos que produz e a interpretação passa-lhe despercebido.

O sujeito da estrutura é afetado pela determinação inconsciente que faz com as redes de memória e as formações ideológicas, às quais o discurso e o sujeito se filiam para produzir sentidos, escapam ao saber consciente do eu. Observa-se, portanto, que o funcionamento da ideologia não constitui um saber consciente, embora seja condição de existência do sujeito e do discurso, uma vez que governa e atribui sentidos ao fazer-dizer. (CAVALLARI, 2011, p. 21)

Pela perspectiva discursiva, o equívoco produz falhas na e pela língua, “equívoco segundo qual “é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, de se deslocar discursivamente suscetível a se tornar outro, de se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar um outro”. Pêcheux 1988 apud ORLANDI, 2012, p. 23)

Sob esta perspectiva, o sindicato toma para si a defesa da qualidade da educação e ocupa o lugar de sujeito porta-voz dos professores ao iniciar a carta que é utilizada como resposta a propaganda de Volta às Aulas das escolas públicas estaduais, direcionada à atriz Débora Falabella que, na oportunidade, desenvolveu uma personagem que dava voz ao Governo de Minas, expondo as melhorias da qualidade da educação à sociedade.

Neste enunciado, podemos apontar dois equívocos possíveis.

1 - Carta aberta à atriz global Débora Falabella. O ato de endereçar a carta à atriz e não ao Governo de Minas. A intenção ao direcionar esta carta à atriz se dá pela visibilidade que a protagonista ocupa na sociedade e por este motivo a carta ter maior possibilidade de alcance

junto ao público ou num outro possível ponto de vista, no imaginário do sindicato, o fato de Debora Falabella ser atriz, faz dela uma pessoa desinformada, por isso, a necessidade da carta para colocá-la frente à situação que para o sujeito sindicato é a real.

2- Na sequência discursiva, [A Verdade sobre a Educação de Minas Gerais](#), diversos efeitos de sentidos são produzidos: O governo de Minas mente sobre a educação do Estado. A verdade sobre a educação de Minas não chega às pessoas que não são ligadas à educação, como no caso da atriz. O sindicato é o detentor da verdade sobre a educação de Minas e essa verdade pode desvelar a política pública de educação do Estado, entre outros possíveis sentidos.

Ao produzir o discurso, o sujeito se inscreve numa rede de memória e já por este fato, há a interpretação. Já está interpretando ao produzir o discurso, pois quem fala constrói (imaginariamente) um ouvinte e fala acreditando que o efeito produzido será o esperado. Este é o efeito ideológico, efeito de evidência (que o sentido produzido fosse evidente). Se observarmos o recorte abaixo, da transcrição da propaganda do governo de Minas, do ano de 2012, podemos perceber esse efeito de evidência:

SD10

72,6% das crianças de 8 anos da rede pública estadual leem e escrevem sem precisar de ajuda.

Podemos dizer que o efeito de evidência possível é o fato de um alto número de alunos conseguirem ler e escrever sem precisar de ajuda, o que pode ser representado como: a educação dos meninos de 8 anos evoluiu. “Esse efeito pode ser possível, pois o espaço de interpretação no qual o autor se inscreve deriva de sua relação com a memória” (ORLANDI, 2004, p. 15).

Em sua memória, os sentidos vão se constituindo historicamente o que lhe possibilita interpretar. Essa memória histórica de Governo, inscrita numa formação discursiva política que o remete à política partidária e ao imaginário de que os eleitores aprovam os resultados de seu trabalho com altos índices de aproveitamento. Uma memória em que dados estatísticos são utilizados para apontar o crescimento.

Governo de Minas, identificado com ideologia administrativa, que busca através de ações, conquistar a aprovação de seu eleitorado, demonstrando seu trabalho através de

políticas públicas, neste caso educacional, que garanta a melhoria do ensino e o alcance da qualidade, uma de suas metas de campanha.

Relatórios mineiros, segundo Vieira, 2013 (grifo nosso) indicam o avanço do trabalho em relação à **promoção** da qualidade, como podemos observar com **resultados** apresentados pelo governo mineiro no livro *Do Choque de Gestão para a Cidadania – 10 anos de Desenvolvimento em Minas*, 98,7 % das crianças mineiras entre 6 e 14 anos estão na escola, conforme dados do Pesquisa por Amostra de Domicílio do Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa (PNAD/IBGE). Esse resultado, para o governo é um indicador de **melhoria** de mão de obra mais qualificada e produtiva, além da **melhoria** de renda da população mineira.

Para o sindicato dos trabalhadores da educação segundo dados apontados por Beatriz da Silva Cerqueira, Professora e coordenadora geral do Sind-UTE MG: “De acordo com o Educasenso, no triênio 2009/2011 houve uma **redução** de matrículas de 8,32% na escola de tempo integral. Analisando apenas os anos finais do ensino fundamental, a **queda** foi de 14,4%.” (Ano, 2012 – grifo nosso)¹⁴

Podemos observar o consenso na utilização da quantificação e a utilização de dados estatísticos para a indicação de qualidade na educação pelos sujeitos. Governo e Sindicato, inscritos em posições discursivas ideológicas heterogêneas, referindo-se a uma mesma questão, a qualidade. A estatística é utilizada não como “um conjunto de elementos numéricos relativos a um fato social” (VIEIRA, 2013, p. 1), mas como argumento discursivo. O sentido que cada sujeito dá à interpretação dos dados obtidos a partir da pesquisa realizada em relação ao número de alunos atendidos pela rede pública de Minas Gerais altera-se de acordo com as posições discursivas ocupadas. Para o Governo, os dados significam crescimento no atendimento à educação. Esta interpretação é possível ao observarmos as palavras marcadas em negrito: **resultado**, **melhoria**. Para o sindicato, os índices significam o antônimo da interpretação do Estado, corroborados pelas palavras redução, queda. Recordando que para Análise de Discurso, o momento que o sujeito diz, suas responsabilidades, expectativas e necessidades se dão na origem desse dizer. O governo, na formulação ideológica do administrativo, traz em seu discurso a questão da ordem e eficiência, enquanto o sindicato, em seu discurso sindical marca sua postura de denúncia, de contraposição, ainda que seu discurso se aproxime da formação discursiva do administrativo, quando utiliza-se de argumentos atribuídos ao discurso do Governo.

¹⁴ CERQUEIRA, B. **O resultado do choque de gestão em Minas Gerais**. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/beatriz-cerqueira-choque-de-gestao-em-minas-detona-a-educacao.html>> Acesso em: 6 mai. de 2012.

Para a AD é uma questão de autoria. “A autoria do discurso e o sentido por ele produzido vão ser definidos de acordo com o espaço de interpretação no qual o autor se insere e da memória discursiva (memória histórica) que o constitui”. (ORLANDI 2004, p. 15). Nesta perspectiva, abordaremos os sentidos de qualidade através dos discursos de autoria dos atores aqui envolvidos neste estudo: Governo de Minas e Sind-UTE. Consideraremos nestes processos de produção dos discursos, o que Orlandi (2012, p. 9) considera como” três momentos de igual relevância: a constituição, a formulação e a circulação do discurso”.

Desta forma, evidenciaremos, no próximo capítulo, o contexto histórico ideológico da constituição dos discursos de Governo e Sindicato, as condições de produção e a conjuntura em que esses discursos são formulados.

4.1. CONSTITUIÇÃO DOS DISCURSOS DO GOVERNO E DO SINDICATO

Segundo Orlandi (idem,p.9) “A constituição do discurso se dá a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo”. Para a autora o histórico é a construção conjunta entre o social e o linguístico (ORLANDI, 1994) e em relação ao ideológico:

(...) não se trata de procurar "conteúdos" ideológicos que seriam a ocultação da realidade, mas justamente os processos discursivos em que ideologia e linguagem se constituem de forma a produzir sentidos. Na Análise de Discurso se trabalha com os processos de constituição da linguagem e da ideologia e não com seus "conteúdos". A ideologia não é "x", mas o mecanismo de produzir "x". No espaço que vai da constituição dos sentidos (o interdiscurso) à sua formulação (o intradiscurso) intervêm a ideologia e os efeitos imaginários. (Ibdem, p. 57).

É possível, a partir da memória, dizer que em sua constituição, o discurso do governo, em formação ideológica do administrativo, tem em seu imaginário uma população carente de boa educação e com necessidade de políticas educacionais que a cada projeto, acordo, criação de leis ou associação a órgãos internacionais, buscam a melhoria da qualidade, materializada em seus discursos e documentos oficiais. Em perspectiva diferente, os professores, em formação ideológica sindical, representados por seu sindicato, através de movimentos grevistas (utilizam a GREVE como instrumento de luta), buscam a melhoria das condições de trabalho da classe e de outros profissionais da educação que, em seu imaginário, são condições que consideram fundamentais para a melhoria de qualidade de educação. Estabelecidas essas posições ideológicas - Governo inscrito no discurso administrativo e

Sindicato no discurso sindical -, é possível dizer ainda dos constantes embates e conflitos que cada sujeito dá ao sentido de *qualidade* e do dissenso imperando a desordem, desorganizando o esperado.

Sob o nome de dissenso... A escolha desse nome não busca simplesmente valorizar a diferença e o conflito sob suas diversas formas: antagonismo social, conflitos de opinião ou multiplicidade de cultura. O dissenso não é a diferença de sentimentos ou das maneiras de sentir que a política deveria respeitar. É a divisão do núcleo mesmo do mundo sensível que institui a política e sua vontade própria. Minha hipótese é portanto a seguinte: a racionalidade da política é de um mundo comum instituído, tornado comum pela própria divisão. (RANCIÈRE, 1996, p. 368).

A partir de tais circunstâncias, nos ocorrem questionamentos em relação ao avanço da qualidade na formação dos alunos: O imaginário de qualidade de educação está atrelado a uma vida digna dos professores e dos profissionais da educação envolvidos no processo? Podemos estabelecer esses confrontos e embates entre governo e sindicato como luta de classes, na disputa política em consonância com Peuchêux, pelo fato da classe “dominada” não aceitar esta divisão constitutiva do mundo, conforme afirma Rancière?

Na tentativa de responder tais questionamentos, retomaremos aqui a discussão dos aparelhos Ideológicos de Estado de Althusser quando faz a distinção entre Ideologia primária e secundária. Denomina de primária a ideologia do Estado e a secundária de ideologia subordinada, a partir do “seguinte fato paradoxal: não são as instituições que “produzem” as ideologias correspondentes; pelo contrário, são determinados elementos de uma ideologia (a ideologia do Estado) que se “realizam” ou “existem” em instituições correspondentes, e suas práticas.

Segundo Althusser (1987, apud Cassin, 2002, p. 13): “Os Aparelhos Ideológicos de Estado são a realização, a existência de formações ideológicas que os dominam”. Para o autor, a política de classe é produzida por aparelhos ideológicos e repressores e a contradição é constitutiva dessa prática quando a ideologia subordina e produz sua própria prática. Ainda, esse efeito de luta de classes é que possibilita a existência de formações ideológicas heterogêneas. Podemos pensar no sindicato como ideologia de oposição, produzindo contradiscurso, com existência possível somente pela prática da ideologia administrativa exercida pelo Governo de Minas.

Para a AD, o discurso é definido como processo social e sua materialidade se dá no linguístico e a condição para esta materialidade é a ideologia. “Daí decorre que, discursivamente, por trabalharmos sempre essas relações, não é só a noção de linguagem que é diferente; também as noções de social, de histórico, de ideológico se transformam”

(ORLANDI, 1994, p. 57). Sob esta perspectiva, é imprescindível para a compreensão do sentido do discurso de qualidade dos sujeitos aqui determinados, que consideremos “a formação imaginária que se constituem a partir das relações sociais que funcionam no discurso” (Ibdem). O segundo momento, a formulação, será nosso próximo eixo de discussão, a fim de demonstrar as possíveis imagens projetadas pelo Governo de Minas e Sind-UTE dos envolvidos no processo educacional e, de acordo com seu discurso, é o que necessitam para terem acesso à qualidade educacional.

4.2. CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Segundo Orlandi (2012, p. 9), a linguagem ganha vida na formulação do discurso. Nela, o sujeito “se mostra (e se esconde)”, acontece a atualização da memória e os sentidos se produzem. É na formulação que os sentidos ganham corpo e o sujeito, constituído pela e na linguagem, inscrito na história, tem seu corpo ligado ao corpo dos sentidos. Sujeito e sentido constituídos simultaneamente se integram corporalmente na materialidade da língua e da história. De acordo com a autora, neste processo de integração há um confronto do simbólico com o político. “O corpo do sujeito e o corpo da linguagem não são transparentes. São atravessados de discursividade, isto é, de efeitos desse confronto, em processos da memória que tem sua forma e funciona ideologicamente”. (Ibdem, p. 9-10).

A propaganda de Volta às Aulas do governo é veiculada nas mídias televisiva e pela internet. A propaganda é veiculada no início do ano de 2012. Nesta época, o Governo enfrentava acusações do sindicato mineiro em relação ao não cumprimento de acordo com a classe dos trabalhadores em educação, que em 2011 protagonizaram a greve mais extensa da classe no Estado mineiro.

Em relação à carta escrita pela coordenadora geral do sindicato, em resposta à propaganda de volta às aulas no ano de 2012 direcionada à atriz Débora Falabella, é importante considerar que os professores da rede estadual mineira viviam um processo de insatisfação com as políticas públicas de educação praticadas pelo Governo Mineiro. Vindos de um pequeno período de férias, consequência de reposição de dias letivos pela realização de movimento de greve no ano anterior. Este movimento grevista realizado em 2011 foi o mais longo da história da classe, segundo arquivos do site oficial do Sind-UTE:

8 de junho - Começa a **greve** da educação em Minas Gerais, uma decisão da categoria em **resposta** aos baixos salários e à **inércia** do Governo de Minas, que pagava Piso de R\$ 369. Uma resposta ao **não** cumprimento da Lei Federal 11.738/2008, que institui o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN)

28 de setembro - Passados 112 dias de uma greve histórica, os trabalhadores em educação decidem suspender a paralisação, após um processo de **negociação** entre alguns deputados da ALMG e o secretário de governo, Danilo de Castro, que reconheceu que o Governo de Minas **não** paga o Piso Salarial Nacional.

Governo **não** cumpriu o que assinou: suspendeu as negociações e **impôs** o subsídio a todos os trabalhadores em educação, mesmo depois da categoria ter **rejeitado** essa proposição. (grifo nosso)¹⁵

Os enunciados acima são recortes da linha histórica do Sind-UTE, disponibilizada no site oficial do sindicato. As datas são referência ao ano de 2011, do início e final de paralisação dos trabalhos nas escolas estaduais mineiras. É possível dizer, embasados pelas palavras grifadas, que sujeito Sindicato projeta em seu imaginário o Governo, como regulador das políticas públicas e responsável pelo controle social. O sindicato traz um discurso de oposição, discurso de negação, discurso de exploração.

Tal fato nos remete à memória discursiva: “aquilo que fala antes em outro lugar, independentemente” (ORLANDI, 2009, p. 31) da relação conflituosa entre Governo e Sindicato dos Trabalhadores em Educação. Althusser, em sua teoria dos Aparelhos Ideológicos do Estado, representa as relações de produção dividindo o papel do Estado enquanto aparelho repressivo que assegura as “condições políticas de reprodução das relações que são em última análise relações de exploração”. (ALTHUSSER, 1985, p. 56). As condições políticas do exercício dos Aparelhos Ideológicos de Estado são assegurados pela repressão pelo Aparelho de Estado. Segundo o autor, é através da ideologia dominante que se estabelece o equilíbrio entre Aparelho de Estado e os diferentes Aparelhos Ideológicos de Estado. E esta relação de produção é marcada entre sindicato e Governo. Sindicato subordinado ao Governo mineiro, representante este do discurso da classe dominante.

Na linha histórica, materializada em forma de linha de tempo da existência do sindicato, disponível no site oficial do Sind-UTE, podemos observar a história dos movimentos de paralisação e greves a partir de 1979, ano de sua fundação, até os dias atuais.

Ao analisarmos sua trajetória é possível observar o apagamento e o silenciamento do sindicato, marcado pelos anos de ditadura e o momento em que os trabalhadores ousam se

¹⁵ SINDUTEMG. Nossa história. Disponível em: <<http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?LISTA=menu&MENU=24>>. Acesso em: 7 nov. 2016

colocar e assumem a posição sujeito opositor e defensor da justiça e igualdade. A trajetória permite observar o período em que o sindicato se institucionaliza e sai do Estado de sítio se ligando a outros sindicatos de classes trabalhadoras diferentes. A partir de sua institucionalização, o sindicato, independente do sujeito que ocupa a posição social de governo, trava lutas ideológicas que se materializam em movimentos de greve.

Nesses embates discursivos ideológicos, o sindicato para ser ouvido, utiliza-se de diversas formas diferentes para materialização de seus discursos. Entre elas, o uso de carta direcionada a atriz Débora Falabella em resposta à propaganda de Volta às Aulas do ano de 2012. Inferimos que a utilização da carta como meio de comunicação utilizado pelo sindicato por esta ser, tradicionalmente, um meio de comunicação de maior facilidade de compreensão e por ser o meio de comunicação mais conhecido entre a população pois se assemelha a um email. Além do fato de a carta estar ao mesmo tempo próxima da comunidade e ainda assim estabelecer, um certo, distanciamento físico, o que pode ser um fato encorajador para se escrever com mais naturalidade.

4.3. CIRCULAÇÃO DO DISCURSO: SENTIDOS DE QUALIDADE PARA GOVERNO E SINDICATO

Segundo Arouca (2012, p. 85), o sindicato é a organização da classe trabalhadora que tem como princípio básico “a negociação em busca de salários justos e de condições de trabalho para seus representantes e filiados.” (2012, p. 85).

Na busca da reconstrução do pós-guerra, o Estado capitalista procurou incluir o trabalho de forma harmônica e que pudesse atender tanto ao Estado, ao capital e ao próprio trabalho. Esta inclusão, de acordo com Arouca (Ibidem), se materializa na convenção 87 de 1948 que trata da liberdade individual, compreendendo a filiação a sindicatos ou organização de classe como liberdade individual.

No Brasil, após crise sindical iniciada no século XX, os sindicatos conquistam autonomia para a “defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas” (BRASIL. A Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: RT, 1988. Art. 8º, inciso III)

Em Minas Gerais, após 15 anos de repressão imposta pela ditadura militar, os trabalhadores ganham as ruas em busca de melhores salários e melhoria da educação que, segundo os mesmos, estava em completo abandono. “Resultado da luta dos trabalhadores que se mobilizam nas escolas por melhores condições de vida e trabalho, a UTE é fundada como

entidade combativa, para fortalecer a categoria, reunindo não apenas professores, mas todos os profissionais de ensino” (SINDUTEMG, 2015).

Assim, o sindicato inicia a história de sua trajetória de lutas, paralisações, greves e conquistas da categoria dos trabalhadores da educação. Com histórico de embates frequentes com os governos mineiros, o Sind-UTE/MG, através de assembleias e votos, estabelece metas e ações para garantir os direitos da classe e a luta pela melhoria da qualidade da educação do Estado.

Podemos observar pelas discussões empreendidas anteriormente, que qualidade está diretamente ligada à quantidade, pela maneira como é aferida e pela maneira como seus resultados são apresentados através de números, advérbios de intensidade, entre outras formas, também são utilizados para demonstração montantes, percentuais que devem ser investidos e de gastos realizados para o alcance da qualidade almejada.

Nesta significação, já nos direcionam aos sentidos em circulação do que seja a *qualidade* relacionada à educação e do dissenso desses sentidos entre o governo mineiro e sindicato, ainda que em algumas formulações seus discursos se aproximem.

De acordo com (ORLANDI, idem, p. 9), em relação aos dizeres, é através de “sua circulação que se dá em certa conjuntura e segundo certas condições. A circulação dos dizeres, tanto do Governo mineiro, quanto do sindicato vão além do espaço educacional. Os dizeres do Governo de Minas, além de circularem no espaço educacional, ganham visibilidade em site oficial de divulgação de resultados, site oficial do governo, site da Secretaria de Estado de Educação, materializa-se também em placas, manchetes de jornais e gravações que circulam em mídias como TV e internet. Nosso corpus foi retirado da internet, do site oficial do Governo e de livros que se referem ao assunto, colocados em circulação. Como voz do Governo, utilizaremos além dos recortes da transcrição da propaganda de Volta às Aulas que foi veiculada em fevereiro de 2012, a avaliação realizada em relação aos 10 anos de implantação do “Choque de Gestão”, entre outros que já foram utilizados no decorrer desta pesquisa.

O sindicato materializa seu discurso através da mídia digital e em cartas, panfletos distribuídos entre seus associados e sociedade. Para demonstrarmos os possíveis sentidos de qualidade educacional para o sujeito Sindicato, utilizaremos também artigos escritos pela coordenadora geral do sindicato, veiculados no site oficial do sindicato.

A proposta para as situações discursivas abaixo é através do efeito metafórico, demonstrar o funcionamento na relação dos discursos do Governo e sindicato com a língua e apontar os possíveis deslizamento de sentidos que ambos os discursos podem produzir. A partir dos discursos formulados pelos sujeitos para estabelecer os desafios para o alcance da qualidade da educação, através de deslizamentos de sentidos, embora muito próximos vão se tornando distintos, “algo do mesmo está nesse diferente, pelo processo de produção de sentidos, necessariamente sujeito ao deslize, há sempre um possível outro mas que constitui o mesmo” (ORLANDI 2004, p. 81) De acordo com a autora, fala-se a mesma língua de forma diferente e no jogo das formações discursivas, a historicidade está representada pelos deslizamentos.

Para Cerqueira (2016 – grifo nosso), entre os **desafios** para se alcançar a qualidade de educação, além de **valorização da carreira do magistério** e o estabelecimento de **padrões mínimos de qualidade** para as escolas públicas estão:

O estabelecimento de referenciais político pedagógicos do sistema de ensino já são feitos sem a **participação do professor**, numa clara separação entre quem pensa a política educacional e quem é obrigado a executá-la.

Estabelecer a **equidade na qualidade** da educação, de modo que o estudante em Manaus tenha a mesma qualidade da educação que o estudante em Porto Alegre.

A necessidade de **reorganizar a jornada do professor** pela quantidade de programas que interagem com a escola: escola de tempo integral, bolsa família, professor da família, saúde na escola, entre tantos outros. Se estão na escola, há uma função pedagógica. Como o professor atuará de modo a integrá-los ao cotidiano da sala de aula sem ter **tempo** para isso?

Apenas a **reorganização da jornada do professor** de modo a garantir que, no mínimo 1/3 da sua jornada seja para atividades fora da regência, não resolverá todos os problemas mas, sem dúvida, contribuirá significativamente para termos uma educação de qualidade. (grifo nosso)¹⁶

¹⁶ CERQUEIRA, B. **Querem calar os educadores mineiros**. 08/2014. Disponível em: <<http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=7&LISTA=detalhe&ID=3923>> Acesso em: 4 nov. 2016.

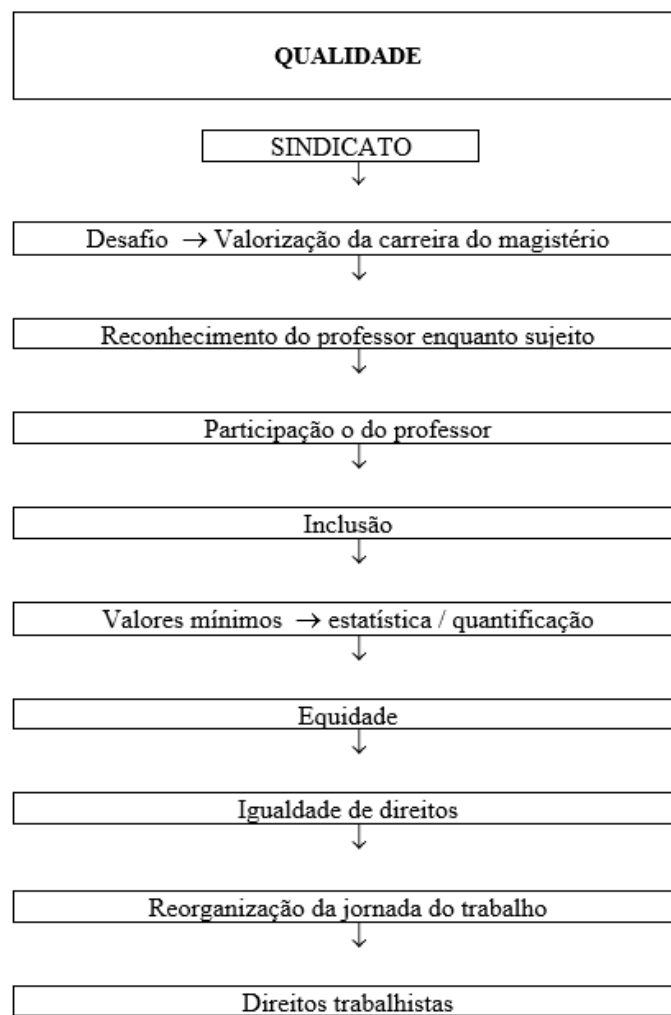


Figura 1- Sentidos de Qualidade em circulação do discurso do SINDUTE. Fonte: Elaborada Por RAMOS, Luciana.

Em formação discursiva sindical, o Sind-UTE, ao produzir seu dizer, numa posição sujeito de porta voz dos professores mineiros e de defensor da causa da qualidade da educação, formula seu discurso sustentado pelo imaginário que projeta à classe trabalhadora da educação que para alcançar a qualidade é necessário vencer os desafios que são postos pela ação administrativa do governo. Podemos apontar, no entanto, ao utilizarmos as expressões em negrito (2013 - grifo nosso), os equívocos constitutivos da linguagem que podem assinalar outro sentido que procuramos demonstrar na figura proposta com os deslizamentos de sentido, que qualidade de educação para o sindicato significa direitos trabalhistas respeitados.

O governo de Minas afirma que o grande desafio é transformar a rede pública de ensino em um sistema de alto desempenho educacional. Para o governo a educação deve servir como **alavanca** para o desenvolvimento integrado e para a redução de diferenças regionais que se traduzem em desigualdades. De acordo com o governo, o resultado na

qualidade da educação foi significativo, segundo dados apresentados abaixo:

Em 2009, 74% dos alunos na terceira série do ensino fundamental apresentavam **nível recomendável de leitura** – indicador da qualidade da alfabetização –, um crescimento de 49% em relação a 2003.

O percentual de alunos do ensino fundamental com idade superior à recomendada caiu de 28,6% para 17,5%, entre 2002 e 2009, e do ensino médio, de 52,6% para 33,7% no mesmo período. As crianças que entraram na rede pública de ensino neste governo têm o **melhor desempenho** do Brasil. Um dos indicadores mais importantes da evolução da educação em Minas é o Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica –, do Ministério da Educação. Em 2009, Minas Gerais conquistou o primeiro lugar entre todos os estados da federação para o ensino fundamental de 1ª a 4ª série, atingindo antecipadamente a meta projetada pelo MEC para 2012.¹⁷

O governo afirma que para assegurar e ampliar os resultados já alcançados devem ser feitos os aperfeiçoamentos necessários de modo que a educação mineira mantenha **níveis sempre crescentes de qualidade** com equidade e aponta alguns dos compromissos para que seus objetivos sejam alcançados:

- **implantar**, com reajustes anuais, as novas tabelas de remuneração dos servidores da Educação, a partir de janeiro de 2011, e manter o **Prêmio por Produtividade** com pagamento anual, mediante cumprimento das metas estabelecidas e Acordos de Resultados pactuados;
- **ampliar o número** de alunos em tempo integral nas escolas, para que as crianças possam receber maior atenção. Hoje são 105 mil crianças nessa condição. Em quatro anos, esse número deverá atingir 350 mil;
- **ampliar** as oportunidades de acesso à educação profissional técnica de nível médio, disponibilizando 400 mil novas vagas no Programa de Educação Profissional (PEP)
- **ampliar o número de vagas** no turno diurno destinadas ao ensino médio, dos atuais 60,32% para 75%, em quatro anos.(grifo nosso)¹⁸

¹⁷ INSTITUTO PUBLIX; BDMG; GOVERNO DE MINAS. Do Choque de Gestão à Gestão para a Cidadania - 10 Anos de Desenvolvimento em Minas Gerais. Belo Horizonte-MG: Gráfica Ipiranga, 2013. 328 p. Disponível em: <https://issuu.com/institutopublic/docs/miolo>. Acesso em: 12 nov. 2016.

¹⁸ Ibidem

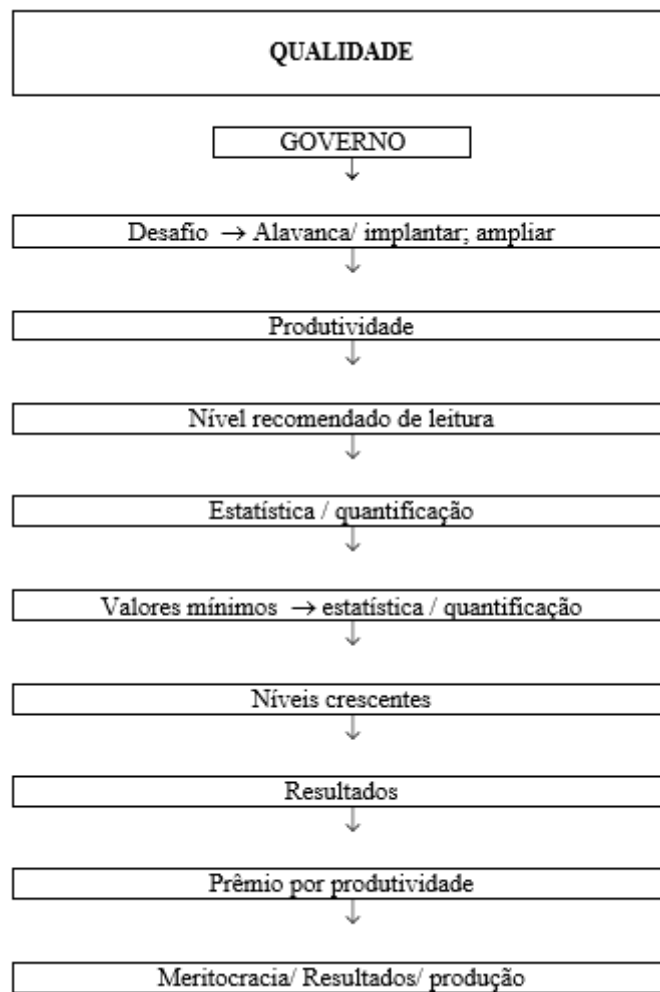


Figura 2 - Sentidos de Qualidade em circulação do discurso do Governo. Fonte: Elaborada por RAMOS, Luciana.

Neste mesmo movimento, a figura que se refere aos deslizamentos de sentidos do dizer do governo de Minas, aponta a relação de sentido que o mesmo dá de qualidade: sistema produtivo que possa estabelecer resultados que atendam ao mercado. Desta forma, apontamos mais indícios do sentido que Governo e sindicato dão ao tema qualidade da educação.

4.3.1. Discurso sobre qualidade pela perspectiva do Governo Mineiro

Sob a ótica do governo mineiro, o Choque de Gestão e o Estado para Resultados (acordo de Resultados) foram implementados a partir de 2003 e 2006 respectivamente como propostas para uma nova forma de governar para o avanço na construção de indicadores sociais e econômicos. Em busca deste crescimento econômico e dos avanços sociais, o governo mineiro tem como binômio de sua administração:

SD13

Vida e Renda. “**Qualidade** de vida e de trabalho das pessoas é a nossa perspectiva de **desenvolvimento**” (ANASTASIA, 2012 – grifo nosso).¹⁹

A meta, segundo o governante, é tornar Minas o melhor Estado para se viver. Amparados nos **princípios** estabelecidos para sua governança: **transparência, responsabilidade, inclusão e eficiência**, o Estado conseguiu recuperação de articulação e atração de investimentos que lhe garantiram o título de Estado Referência Nacional de Excelência em Gestão Pública.

Os enunciados acima fazem parte do documento elaborado pelo então candidato a governador ao Estado de Minas, eleito no ano de 2011, disponibilizado na internet. Como mencionado em outras situações discursivas, o discurso do governo inscrito em formulação do administrativo é sustentado pelos vocábulos destacados em negrito. Podemos observar a regularidade no uso de palavras destacadas em negrito (grifo nosso) que podem demonstrar o que Orlandi (2009, p.39) trata como mecanismo de antecipação, em que o sujeito, ocupando uma posição discursiva, tem a capacidade de se colocar no lugar em que seu interlocutor ouve suas palavras e antecipar os sentidos que suas palavras podem produzir.

Em consequência, podemos conjecturar que o Governo utiliza-se de um discurso que vá atender às necessidades sociais de seus ouvintes. No seu imaginário, governo prioriza a qualidade de vida que supõe ser necessidade primária de seus ouvintes e para garantir tal qualidade, demonstra através de seus princípios o caráter de dever e obrigação cumpridos produzindo o equilíbrio e o consenso, de acordo com os interesses de cada parte.

Na área educacional, como já foi dito anteriormente, o compromisso é a educação de qualidade. A meta é a melhoria de qualidade nos ensinos Fundamental e Médio.

SD14

[...]dentro do programa [Estado para Resultados](#), houve também a coragem de se estabelecer **metas** para **monitorar**, escola por escola, superintendência por superintendência, e aplicar os **mecanismos de premiação** dentro do programa de metas e resultados do governo. É tão interessante o modelo que aquilo que aqui se chama de **escola estratégica é aquela que precisa da maior atenção**, para ser impulsionada para um nível de melhor desempenho. É uma tentativa de se **eleva a qualidade** do sistema como um **todo**. (GAZZOLA, 2011- grifo nosso)²⁰

¹⁹ ANASTASIA, A. A. J. Plano de governo 2011-2014. Disponível em: http://www.ibedess.org.br/imagens/biblioteca/819_Anastasia.pdf. Acesso em: 7 nov. 2012.

²⁰ GAZZOLA, A. L. Escola estratégica é aquela que precisa de mais atenção. 3 fev. 2011. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/leis/story/1763-escola-estrategica-e-aquela-que-precisa-da-maior-atencao>> Acesso em: 6 jul. 2016. Entrevista concedida ao Portal da Educação.

No excerto acima, temos a fala da secretária estadual de educação, feito em entrevista ao Portal da Educação do Estado de Minas Gerais. Nesta entrevista, a secretária faz a avaliação do programa de política pública, denominado Estado para Resultado, implementado pelo governo mineiro em continuidade ao programa Choque de Gestão. Está inserida em formação discursiva do administrativo, pois ocupa a posição-sujeito secretária de um órgão do governo. Em sua avaliação, a secretária apresenta em seu discurso a defesa das ações implementadas pelo governo em prol da equidade da qualidade da educação. Faz-se necessário retomar a noção da Análise de Discurso que afirma que “ao longo do dizer, há toda uma margem de não ditos que significam” (ORLANDI, 2009, p. 82). Dentre as formas de trabalhar o não dito na análise de discurso, estabelecemos a relação com o silêncio constitutivo, em que uma palavra apaga a outra. Segundo a autora: “os sentidos podem ser sempre outros” (ORLANDI, 2012, p.130).

Desta forma, ao afirmar que escola estratégica é aquela que precisa de maior atenção, podemos sinalizar um outro sentido, podemos observar o apagamento da hierarquia e da dominação da desigualdade. Ao elevar a qualidade, apaga-se a relação da ineficiência da escola enquanto sistema de ensino.

Segundo a proposta de governo para 2011/2014, o grande desafio é “transformar a rede pública de ensino em um sistema de alto desempenho educacional. A educação deve servir como alavanca para o desenvolvimento integrado e para a redução de diferenças regionais que se traduzem em desigualdades.” (ANASTASIA, 2012).²¹

As Redes Sociais de Desenvolvimento Integrado para a Educação de Qualidade pressupõem a melhoria da qualidade dos ensinos fundamental e médio e a redução das disparidades regionais de aprendizado. Para o governo, em Minas, educação é prioridade e os avanços nessa área são inúmeros e incontestáveis; destaca os seguintes:

SD15

*Minas é **pioneira**: foi o primeiro estado do país a trazer as crianças aos seis anos para a escola, a oferecer gratuitamente aos alunos do ensino fundamental livros didáticos de sete disciplinas (Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Física, Química e Biologia) e a oferecer livros didáticos gratuitos também aos

²¹ANASTASIA, Antônio Augusto Junho. **Plano de governo 2011-2014**. Disponível em: http://www.ibedess.org.br/imagens/biblioteca/819_Anastasia.pdf. Acesso em: 15 mai. 2012.

alunos do ensino médio (Língua Portuguesa e Matemática).

* Entre 2003 e 2009, mais de R\$ 385 milhões foram investidos em transporte escolar. No mesmo período, **100%** das escolas estaduais receberam melhorias de **infraestrutura**, **100%** das escolas foram beneficiadas com a aquisição de mobiliário e equipamentos e 126 novos prédios de escolas rurais foram atendidos com construção, ampliação ou reforma. As Escolas em Tempo Integral foram expandidas para **1.919**, atendendo **105.000** alunos em 4.300 turmas.

*O **resultado** na qualidade da educação foi significativo. Em 2009, **74%** dos alunos na terceira série do ensino fundamental apresentavam nível recomendável de leitura – **indicador** da qualidade da alfabetização –, um crescimento de **49%** em relação a 2003. No mesmo período, a rede estadual verificou um aumento médio de **11,5%** na proficiência média dos alunos da terceira série do ensino fundamental.

*Destaca-se também a expressiva queda nas **taxas** de distorção idade-série do ensino fundamental e médio. O **percentual** de alunos do ensino fundamental com idade superior à recomendada caiu de **28,6%** para **17,5%**, entre 2002 e 2009, e do ensino médio, de **52,6%** para **33,7%** no mesmo período.

*As crianças que entraram na rede pública de ensino neste governo têm o melhor **desempenho** do Brasil. Um dos indicadores mais importantes da **evolução** da educação em Minas é o Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica –, do Ministério da Educação. (ANASTASIA, 2012 – grifo nosso).²²

Em 2009, segundo o **ranking** nacional divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Minas Gerais conquistou o primeiro lugar entre todos os estados da federação para o ensino fundamental de 1ª a 4ª série, atingindo antecipadamente a meta projetada pelo MEC para 2012.

Para darmos visibilidade ao funcionamento do discurso do governo de Minas, apresentaremos, a partir dos destaques do governo em relação aos avanços da educação mineira, o que identificamos como formações discursivas. Relembrando que para a Análise de Discurso o texto é uma unidade que significa e é visto como um fato, não como um dado. O texto é heterogêneo: “quanto à natureza dos diferentes materiais simbólicos (imagem, grafia, etc.); quanto à natureza das linguagens (oral, escrita, etc.); quanto às posições do sujeito; podemos trabalhar essas diferenças em termos de formações discursivas” (ORLANDI, 2004, p. 59). Dada sua heterogeneidade um texto pode pertencer a mais de uma formação discursiva.

Numa primeira formação discursiva ideológica é possível de se evidenciar o discurso administrativo buscando a produção do consenso ao mostrar o Estado mineiro como pioneiro ao trazer as crianças de 6 anos para a escola, quando reafirma a política de resultados e evidencia a evolução da educação, de modo a fornecer efeito ideológico de evidência de que a educação está realmente crescendo em qualidade. Neste sentido a produção do consenso

²² Ibidem

apaga o político e o sentido do que seja qualidade fica como acabado. Podemos indicar como qualidade na formação discursiva ideológica administrativa do governo: qualidade como pioneirismo; qualidade como infraestrutura; qualidade como resultado, desempenho e evolução.

Numa formulação diferente, o Estado se inscreve na formação ideológica do discurso do esporte. Discurso baseado em regras, regulamentos, normas, ranks, posições. Discurso que favorece a promoção da competitividade, da eficiência, da produtividade, “demandas exigidas pelo mercado e pelo capital produtivo. De acordo com (OLIVEIRA, 2013), trata-se de um critério mercadológico da qualidade de ensino expresso no conceito de qualidade total.”²³ Podemos observar a utilização de porcentagens para estabelecer parâmetros de crescimento. Importante externar, uma vez mais, que na análise de discurso o silêncio acompanha as palavras e o que não está sendo dito deve ser observado.

Nas formações discursivas acima, o que não se diz, o que é apagado é a forma como o desenvolvimento se dá, e em que circunstâncias vão transcorrendo as ações da política pública para que esse progresso aconteça. E ainda, o apagamento do percentual que não foi alcançado. Esse apagamento é feito em relação aos **26%** dos alunos na terceira série do ensino fundamental que não apresentaram nível recomendável de leitura – **indicador** da qualidade da alfabetização, com os alunos da terceira série do ensino fundamental que não atingiram proficiência na média, com os alunos com idade irregular para o período. O que significa estar melhor ranqueado na avaliação nacional. No caso, ao dizer que uma certa porcentagem de alunos alcançaram as metas fixadas, e que a qualidade está crescendo, é possível que esteja sendo silenciado outro dizer: qualidade significa resultados positivos obtidos.

Nesta mesma perspectiva, trazemos o recorte da propaganda de volta às aulas do governo mineiro que demonstra uma outra possibilidade de formação discursiva do governo mineiro:

SD16

²³ A Qualidade Total tem como característica conferir nova ênfase às atividades usuais de uma empresa. É um processo para o aperfeiçoamento contínuo da organização e que indica a necessidade de realizar constantes avaliações do que está sendo feito. Tais avaliações devem estar centradas tanto no processo de produção quanto no próprio produto. No primeiro caso, trata-se de acompanhar o modelo de implantação da Qualidade e verificar como ocorrem as alterações propostas pelo programa; no segundo, pode-se determinar os resultados finais obtidos. Este esforço de estudo e análise está centrado em tudo aquilo que foi efetivamente implantado. (CAMARGO, 2011).

São tantas as **conquistas** que vi hoje gostaríamos de **agradecer** a cada **professor** como Ana **Luiza** que sempre acreditou em seus alunos. **A cada** mãe, como a Ana que mesmo cansada do trabalho sempre se interessou em saber como foi o dia a dia do seu filho.

A cada pai como o Eduardo que faz questão de participar de todas as reuniões da escola.

A cada diretor e cada funcionário como a **Maria de Lourdes** e a **Cátia** que fazem do ambiente escolar um espaço acolhedor de paz e amizade

E principalmente a **cada um dos nossos alunos** que com **dedicação** ao surpreender o Brasil e mostram do que são do que são **capazes** quando merecem **atenção** e **estímulo** que merecem. (grifo nosso)²⁴

Podemos observar uma formação discursiva distinta das que demonstramos até o momento. Nesta formulação, o governo se utiliza do discurso do amor, da afetividade, utilizando palavras como orgulho, conquista, agradecer, capazes, estímulo que demonstram carinho, amizade, orgulho. A evidência possível é um discurso de demonstrar a satisfação com a comunidade escolar em relação ao aproveitamento e resultado apresentado pelas escolas mineiras. Mais uma vez as diferenças são apagadas pela homogeneidade que se dá aos resultados avaliativos. No entanto, podemos apontar como equívoco possível a personificação da figura do professor, dos pais de alunos quando são citados nominalmente individualizados pelo discurso, tornando-se figuras heroicas, são desvinculados do coletivo, de condição de classe.

“As diferentes formulações de enunciados se reúnem em pontos do dizer, em regiões historicamente determinadas de relações de força e de sentidos: as formações discursivas.” (ORLANDI, 2007, p. 20). Para corroborar a afirmativa a autora explica que:

Para Pêcheux, o discurso é efeito de sentidos entre locutores. Compreender o que é efeito de sentidos é compreender que o sentido não está (alocado) em lugar nenhum mas se produz nas relações: dos sujeitos, dos sentidos, e isso só é possível, já que sujeito e sentido se constituem mutuamente, pela sua inscrição no jogo das múltiplas formações discursivas (que constituem as distintas regiões do dizível para os sujeitos). As formações discursivas são diferentes regiões que recortam o interdiscurso (o dizível, a memória do dizer) e que refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes. (Ibidem).

Em relação à formulação do Governo, observemos:

Minas é **muito** grande e com **enormes diferenças regionais**, por isso é motivo especial de orgulho saber que é um dos três estados brasileiros com Ensino

²⁴ CAMPANHA VOLTA ÀS AULAS. Governo de Minas.2012. Duração em minutos 2'2". Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=wYx1Hmph_Tc?. Acesso em: 7 fev. 2012.

Fundamental **mais bem avaliado** pelo MEC. Temos o **maior número** de alunos **premiados** nas últimas quatro entidades brasileiras de matemática das escolas públicas em 2009 fomos **premiados** no concurso nacional de gestão escolar (grifo nosso).²⁵

Neste enunciado, parte da transcrição da Campanha Volta às Aulas promovida pelo Governo Mineiro em 2012, o governo incentiva a volta dos alunos à escola, utilizando na propaganda pontos de destaque da educação mineira que são apresentados pela atriz Débora Falabella. Através de números e quantidades, o discurso do governo apresenta a educação mineira como uma das melhores do país e reforça os resultados alcançados. Mais uma vez, o discurso ideológico administrativo se evidencia na manifestação de educação democrática com ideais de qualidade e igualdade para todos. Para a Análise de Discurso, a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz (ORLANDI, 2007, p. 75), nesta relação na discursividade acima, podemos marcar o apagamento das diferenças pela homogeneidade da avaliação.

Segundo o governo, Minas continua prosperando e ocupando a ponta na área educacional.

De acordo com a Secretaria de Estado de educação, Minas Gerais já conseguiu cumprir sete das oito metas pactuadas em 2000. O Estado se torna a primeira região subnacional do mundo a propor e assinar novas e mais desafiadoras metas para serem cumpridas até 2015.

Nós estamos dando um passo que eu diria que é histórico. Estamos nos apresentando de modo voluntário às Nações Unidas para colocar os objetivos do milênio como elemento basilar da nossa administração. Dos oito objetivos nós já conseguimos superar, antes de 2015, sete deles. Por isso, estamos repactuando objetivos mais severos e novos. Com essa repactuação pretendemos apresentar para o Brasil que Minas Gerais alcançou as metas e está colaborando de modo significativo para o desenvolvimento social do Brasil e para qualidade de vida dos mineiros. (ANASTASIA, 2012)

Segundo a Secretaria de Estado, o objetivo pactuado em 2000 era a universalização da educação básica de qualidade. Em Minas 97,7% das crianças de 7 a 14 anos frequentavam a escola em 2009. A meta repactuada é reduzir de 21,2% para 15% o percentual de alunos com distorção idade/série. Ana Lúcia Gazzola, Secretária de Educação, ressalta a importância da repactuação das metas:

No ano passado nós já atingimos todos os indicadores que estavam previstos. Então, nós temos realmente condições de repactuar metas mais ambiciosas. No caso da educação, por exemplo, já atingimos o patamar para ampliar a escolaridade feminina, diminuir as distorções idade/série e, ao lado disso, estamos também com

²⁵ Ibidem

os nossos objetivos de qualidade que estão estabelecidos no acordo de resultado, escola por escola, Superintendência e Secretaria como um todo. Então acho que nós temos plenas condições de alcançar os novos valores pactuados. (MINAS GERAIS, 2012)²⁶

Os objetivos do Milênio foram traçados como um pacto global pelo bem-estar e pelo desenvolvimento, e concretizado por meio de um documento assinado em 2000 por 191 nações, incluindo o Brasil. As metas estabelecidas de melhoria dos indicadores sociais, de saúde, meio ambiente e educação, tinham como base, níveis estabelecidos em 1990 para serem alcançadas até 2015.

Para o governo mineiro, a organização dos indicadores reflete a atual estratégia do Estado, que se estrutura para superar, com ativa participação da sociedade, dez desafios propostos, entre eles, transformar a sociedade pela educação e cultura.

Em relação à valorização dos profissionais da educação, além da formação, o Governo de Minas propõe remuneração unificada para professores e paga acima do piso salarial.

As vantagens pessoais de professores e especialistas da Educação -- como quinquênios e biênios -- serão calculadas com base na tabela de transição e, imediatamente, incorporadas à remuneração única. Todos os servidores serão posicionados na tabela unificada. Os aumentos serão escalonados, em percentuais anuais, até 2015, observada a situação individual de cada servidor.

Essa proposta demonstra, mais uma vez, a disposição do Governo de Minas para encontrar formas de valorizar e melhorar a remuneração e a carreira dos profissionais da educação. Além disso, reafirma o compromisso com a qualidade da Educação no Estado e o respeito aos alunos, aos pais, aos professores e a toda a comunidade escolar”, afirma o Governador.²⁷

O Governo de Minas afirma que tem periodicamente se reunido com entidades representativas da educação para discussões em torno dos avanços na carreira e o que pode ser feito em relação ao reconhecimento salarial da classe, de acordo com as limitações orçamentárias.

Foram realizadas diversas reuniões. Eu próprio, governador do Estado, participei de uma reunião com as lideranças das entidades da educação. Apresentamos as etapas e as nossas propostas, discutimos. É papel do sindicato fazer uma permanente

²⁶ MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/pareceres/story/3247-secretaria-assina-repactuacao-dos-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>. Acesso em: 7 dez. 2012

²⁷ MINAS GERAIS. Secretaria do estado de Minas Gerais (SEGOV). PORTAL DO GOVERNO DE MINAS GERAIS. Governo propõe remuneração unificada para professores. Disponível em: <http://governo.mg.gov.br/component/gmg/story/2054-governo-prop-otilde-e-remunera-ccedil-atilde-o-unificada-para-professores>> Acesso em: 22 nov. 2011.

cobrança e é papel do Governo mostrar os limites que temos no orçamento, a responsabilidade fiscal do Estado. (MINAS GERAIS, 2013)²⁸

O governador reconhece os desafios que se impõem no setor, mas explica que eles só poderão ser enfrentados com ações sérias e concretas, como tem sido feito em Minas. É desta forma que tem sido conduzido também o processo para avançar, cada vez mais, no que diz respeito a perspectivas de carreira dos professores, formação continuada e melhorias na infraestrutura das escolas. “Continuamos trabalhando de modo muito firme para que a valorização da educação seja uma política permanente no Estado”, afirma Anastasia.²⁹

Em relação à oposição permanente dos professores às suas decisões e ações relacionadas à política educacional, principalmente em relação às condições salariais, que deflagraram a greve mais extensa da categoria no estado mineiro, o governo declara:

Lamentamos a intransigência do sindicato desde o momento em que se iniciou a negociação. A proposta avança muito, não só financeiramente é expressiva, mas leva em consideração o tempo de serviço dos professores e o nível de escolaridade. Quando tiverem conhecimento pleno da proposta, os professores vão perceber que será um passo muito positivo.³⁰

O Governo, enquanto aparelho ideológico de Estado sob a hegemonia do Aparelho de Estado, pela posição social que ocupa, reflete o poder e a ideologia dominante tenta estabelecer a harmonia e demonstrar o controle. “A lógica consensual estabelece nesse sentido, formas diferentes de reconhecimento da alteridade que segregam a diversidade (desigualdade) social e apagam o político, impedindo que ele seja elaborado”. (ORLANDI, 2004, p. 18). Sob esta perspectiva, do apagamento do político resulta o discurso administrativo, o discurso dominante. Discurso ideológico capitalista com políticas neoliberais que trabalham com o sentido de modernização e ampliação do capital em prol do bem maior: nesta análise, a qualidade da educação.

4.3.2. Discurso de qualidade pela perspectiva do Sindicato

²⁸ MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Minas Gerais (SEGOV). PORTAL DO GOVERNO DE MINAS GERAIS. Antonio Anastasia. Disponível em: <<http://www.casacivil.mg.gov.br/index.php/cidadao/banco-de-noticias/story/3577-anastasia-destaca-politicas-do-estado-para-valorizacao-dos-professores>> Acesso em: 17 out. 2013

²⁹ Ibidem.

³⁰ PORTAL DO GOVERNO DE MINAS GERAIS. Antônio Anastasia. Disponível em: <<http://www.casacivil.mg.gov.br/index.php/cidadao/banco-de-noticias/story/3577-anastasia-destaca-politicas-do-estado-para-valorizacao-dos-professores>> Acesso em: 17 out. 2013.

De acordo com Cerqueira (2012 – grifo nosso), a construção de uma educação de qualidade para todos passa pela valorização da carreira do magistério e o estabelecimento de padrões mínimos de qualidade para as escolas públicas:

SD17

Por isso, a discussão sobre salário e a organização da jornada do professor não são questões apenas corporativas, mas precisam interessar e serem debatidas por toda a sociedade. **A Lei Federal 11.738/08** cumpre a função de estabelecer um Piso Salarial e reorganiza a jornada de trabalho do professor, de modo que, parte dela seja para desenvolver atividades fora da regência estabelecendo que, no máximo, 2/3 da sua jornada sejam em sala de aula. **Mesmo com uma Lei Federal em vigor, governadores e prefeitos a ignoram e assim, contribuem para não elevarmos os níveis de qualidade da educação no Brasil.**³¹

O excerto acima é parte do artigo Educação de Qualidade – desafio nacional escrito pela coordenadora geral do Sind-Ute, publicado no site oficial do sindicato no ano de 2012. Inscrito na formação discursiva sindical, o texto de Cerqueira (Ibidem) assinala a posição ideológica do sindicato que tem sua constituição de organizador de classe trabalhista e defensor dos salários e melhores condições de trabalho aos seus associados. Considerando que para a AD não há discurso que não se relacione com outro e de cuja relação não resultem sentidos (ORLANDI, 2009), podemos dizer que o efeito ideológico pretendido pelo discurso do sindicato é o de responsabilizar o governo pela falta de qualidade na educação mineira pelo não cumprimento das leis que garantam as condições salariais da classe. No entanto, ao relacionarmos um dizer ao outro, podemos observar a possibilidade de sentidos diferentes:

1. Ao citar a Lei Federal, que garante os direitos trabalhistas, o discurso do sindicato se aproxima do discurso administrativo que utiliza-se deste recurso jurídico para defender seus benefícios. Compare-se com o texto do preâmbulo da Constituição:

(...)instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias” (BRASIL, 1988)

2. Ao afirmar em seu discurso que ao ser ignorada a Lei Federal, a coordenadora atrela a possibilidade de qualidade de educação aos direitos trabalhistas dos trabalhadores da

³¹ CERQUEIRA, B. da S. Educação de Qualidade – desafio nacional. Disponível em: <<http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=7&LISTA=detalhe&ID=4590>>. Acesso em: 7 nov. 2016

educação. Neste sentido, podemos apontar indícios de que qualidade de educação para o Sind-Ute possa significar direitos trabalhistas respeitados.

Em avaliação do “Acordo de Resultados”, Cerqueira (2012) afirma que, de acordo com o governo estadual, a qualidade e o acesso a níveis diferentes de qualidade podem ser diferentes. Se as escolas que não apresentam o desempenho satisfatório, não são reconhecidas e passam a ficar à margem do sistema. Ainda, nenhum planejamento para atendimento diferenciado às escolas que apresentaram baixos indicadores foi realizado. “Uma escola com problemas de qualidade é a negação do direito à educação. E se fosse para ser um produto a ser consumido, não seria um direito, e não seria pública” (CERQUEIRA, 2012).³²

Para o sindicato, o modelo de gestão implantado em Minas torna professor e escola responsáveis por seus resultados sem levar em consideração as condições de estrutura da escola ou a constituição de seus profissionais. Além dos problemas estruturais, professores são obrigados a trabalharem disciplinas sem terem formação e os projetos pedagógicos não são discutidos. “Neste modelo, o professor se torna o único responsável pelo sucesso ou fracasso do aluno, mesmo que o educador não tenha como alterar as condições da escola que ele e o aluno estão vivendo.” (CERQUEIRA, 2012).³³

De acordo com a coordenadora geral do sindicato, o professor é o executor de aulas sem direito a opiniões nas políticas educativas e com poucas condições de acompanhamento do ensino-aprendizagem de seus alunos.

Como dito anteriormente, as imagens constituem as diferentes posições do sujeito no discurso. Observando os enunciados acima, podemos dizer que, na formação discursiva do sindicato, o possível imaginário que o sujeito projeta do Estado, é de regulador de política pública educacional que busca resultados. Podemos estabelecer também nas mesmas formações discursivas a imagem que o sindicato projeta de seus associados, os professores da rede estadual. Ao dizer do sujeito professor, o discurso do sindicato o situa como excluído do processo de elaboração das políticas educacionais e é responsabilizado diretamente pelo sucesso ou fracasso escolar sem que questões exteriores ao trabalho com o aluno sejam levadas em consideração. A qualidade da educação depende do desempenho do professor. Ao

³² CERQUEIRA, B. da S. Educação e meritocracia. Disponível em: <<http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=7&LISTA=detalhe&ID=6941>>. Acesso em: 7 nov. 2016.

³³ Ibidem.

posicionar o sujeito professor como responsável pela qualidade de educação, o discurso do sindicato toma forma de denúncia, de contraposição ao governo mineiro.

Outra formação discursiva em que se inscreve o sindicato possível de demonstrar é o do discurso da negação, em formação discursiva heterogênea, mas que projeta o mesmo sentido ao discurso. Ao observar o recorte abaixo, da carta enviada à atriz Débora Falabella, fica evidente a oposição ao governo e a possibilidade do sentido ser interpretado desta forma através da regularidade discursiva representada pela palavra.

Recorte da carta dos professores de Minas Gerais a Débora Falabella, (2012 – grifo nosso):

SD18

Os projetos e programas na área da educação são marcados pela descontinuidade e por beneficiar uma parcela muito pequena de alunos.

Veja:

– O Projeto Escola de Tempo Integral beneficiou 105 mil alunos, num universo de 2,5 milhões de alunos;

– O programa professor da família **não** atinge as famílias mineiras que necessitam de ajuda e tampouco é feito por professores, mas por pessoas sem a formação em licenciatura;

– O Estado **não** tem rede própria de ensino profissionalizante, repassando recursos públicos à iniciativa privada.

A respeito dos dados sobre o sistema de avaliação, é importante que saiba que são pouco transparentes, com **baixa** participação da comunidade escolar e ninguém tem acesso à metodologia adotada para comprovar a sua veracidade.

Quanto à valorização dos profissionais da educação relatada nas peças publicitárias, **a baixa** participação em inscrições para professor no concurso que a Secretaria de Estado realiza comprova que esta profissão em Minas Gerais não é valorizada.

O Governo de Minas **não** paga o Piso Salarial Profissional Nacional, mas subsídio. Em 2011, 153 mil trabalhadores em educação manifestaram a vontade de **não** receber o subsídio. Ainda assim o Governo impôs esta remuneração.

Em 2011 o governo mineiro assinou um termo de compromisso com a categoria se comprometendo a negociar o Piso Salarial na carreira. Mas o governo **não** cumpriu e aprovou uma lei retirando direitos, congelando a carreira dos profissionais da educação até dezembro de 2015.

Compromisso e seriedade com os mineiros são qualidades que **faltam** em Minas

Gerais.

Todas as informações são comprovadas por dados publicados pelo próprio governo estadual e estão à sua disposição. Por fim, a convidamos para conhecer uma escola estadual mineira para comprovar que o personagem das peças publicitárias **não** corresponde à realidade em Minas Gerais.

Em relação à construção de uma educação de qualidade para as escolas públicas, Cerqueira (2012 – grifo nosso), aponta algumas considerações³⁴:

- A realidade desta profissão no Brasil, pela **desvalorização** social e **baixos** salários, impõe uma jornada diária de trabalho extenuante. Em escolas estaduais mineiras chegamos ao cúmulo de um professor ter que responder por oito disciplinas diferentes. Estudo do Conselho Nacional de Educação mostrou que existe no Brasil um **déficit** de 250 mil professores. Sem discutir salário, carreira e condições de trabalho, esta realidade não mudará.

- Outro desafio para o país é estabelecer a equidade na qualidade da educação, de modo que o estudante em Manaus tenha a mesma qualidade da educação que o estudante em Porto Alegre. Por isso a União foi declarada pelo Supremo Tribunal Federal como competente para estabelecer **mínimo** de vencimento básico e de jornada extraclasse (em julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.167).

- A organização do currículo e o estabelecimento de referenciais político pedagógicos do sistema de ensino já são feitos **sem** a participação do professor, numa clara separação entre quem pensa a política educacional e quem é obrigado a executá-la. Um exemplo recente foi a organização do currículo do Ensino Médio na rede estadual de Minas Gerais, cuja publicação da Resolução, no final de dezembro de 2011, surpreendeu a todos que estão na escola. (...)

- **Apenas** a reorganização da jornada do professor de modo a garantir que, no **mínimo** 1/3 da sua jornada seja para atividades fora da regência, não resolverá todos os problemas, mas, sem dúvida, contribuirá significativamente para termos uma educação de qualidade.

“Discursivamente, podemos dizer que não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia.” (ORLANDI, 2004, p. 31). É pela ideologia que o efeito de evidência é produzido, é pela ideologia que sujeito e sentido se constituem. Através das considerações apresentadas pela coordenadora geral do Sind-UTE em relação a construção da qualidade de educação de Minas Gerais, buscaremos estabelecer as formações discursivas do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais e sinalizar a formação ideológica dominante.

As considerações enunciadas por Cerqueira (2012) fazem parte de um dossiê que avalia o resultado do Choque de Gestão na educação básica pública, apresentado à sociedade mineira pelo Sind-UTE MG. É possível dizer que o efeito de evidência esperado é o de denúncia já que os enunciados demonstram dados que se contrapõem aos dados positivos do

³⁴ CERQUEIRA, B. da S. Educação de Qualidade – desafio nacional. Disponível em: <<http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=7&LISTA=detalhe&ID=4590>>. Acesso em: 7 nov. 2016.

governo mineiro evidenciados em sua formação discursiva no item 4.2.1 em relação à qualidade educacional.

Podemos corroborar tal afirmativa ao observarmos expressões do discurso sindical como “direitos trabalhistas”, “desvalorização”, “descumprimento”, entre outras que apontam uma regularidade de discurso de oposição ao discurso do Governo. Desta forma, podemos verificar a posição-sujeito que cada um dos envolvidos nesta análise ocupam em relação a qualidade da educação mineira. Um outro possível sentido que podemos indicar é o discurso do sindicato funcionando como o discurso de iniquidade em relação ao sujeito professor. Os vocábulos marcados em negritos significam em sua essência obstáculo, dificuldade, falta do necessário, desvalorização do profissional da educação.

Para a coordenação do sindicato, são necessárias algumas reflexões sobre a Educação em Minas Gerais, entre quais pode-se colocar a necessidade de metodologias específicas para que o aluno supere as dificuldades e continue avançando:

- Os mecanismos externos de avaliação da educação deveriam ser utilizados como instrumentos de diagnóstico para corrigir políticas e investimentos. No entanto, os resultados recentemente divulgados do Ideb cumpriram a função de marketing para vários governos. Sua divulgação já faz parte do calendário das campanhas publicitárias. Com esta prática, corremos o risco da população ter uma visão, muitas vezes, distorcida da realidade dos indicadores de qualidade da educação.

- A primeira questão que merece atenção diz respeito ao acesso à educação básica. Nem todas as crianças e adolescentes têm vaga garantida na rede pública. Um recente estudo do Dieese apurou que, em Minas Gerais, faltam cerca de **1 milhão** de vagas no Ensino Médio. São empurrados para a rede privada, que cresceu cerca de **10 %** nos últimos anos.

A educação Infantil é outra questão preocupante no Estado. Apenas **35%** das crianças de 0 a 5 anos tiveram acesso a uma vaga na rede pública. O estado de Minas Gerais (aqui incluindo políticas municipais) investiu **0,28%** do PIB neste nível de ensino.

- De acordo com o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), apenas **30,7%** dos estudantes da rede estadual encontram-se num estágio recomendável em leitura, **18,8%** em nível recomendável em matemática e **25%** em nível recomendável em ciências. No que se refere à qualidade da educação, o estado de Minas Gerais tem resultado abaixo da média da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

- De acordo com o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), a escolaridade média da população adulta mineira é de **6,9** anos. Ainda analisando os dados deste Plano, constatamos que **93,4%** das crianças de 6 a 14 anos estão na escola, mas apenas **68%** dos adolescentes de 16 anos conseguem concluí-lo, e somente **48,5%** dos jovens de 19 anos também.

- O nosso Estado, quando comparado à média nacional, tem a **pior** colocação em qualidade da escola de Ensino Médio: **96%** das escolas não têm sala de leitura, **49%** não têm quadra de esportes e **64%** não têm laboratório de ciências. De acordo com o Censo Escolar 2010 as escolas estaduais mineiras do Ensino Fundamental apresentam uma estrutura de atendimento precária: **76%** não possuem laboratório de ciências, **55%** não possuem quadra de esporte e **11%** não possuem biblioteca.

- Uma visita a qualquer escola estadual mineira comprovará as **condições de trabalho**, carreira e **salário** dos profissionais da educação: são obrigados a

assumir aula de disciplinas sem ter a formação correspondente. Há professores sendo **obrigados** a assumir a regência de até 8 disciplinas diferentes.

- O professor não tem a garantia de **1/3** da sua jornada dedicada a estudo, planejamento e avaliação conforme definido **pela lei federal 11.738/08**, direitos, vantagens e férias-prêmio são **ignorados**, projetos são desenvolvidos sem qualquer interlocução com o profissional da educação, o tempo do professor é definido sem a sua participação, o currículo da escola é estabelecido por quem não está na escola, não há um referencial político-pedagógico.

- Diferentemente do que afirmou o senador Aécio Neves em recente artigo publicado pelo Jornal Folha de São Paulo, o Governo de Minas não priorizou o que é prioritário. Inúmeros dados revelam uma realidade diferente daquela que descreveu. É importante lembrar que desde o seu governo, não se cumpre o mínimo de investimento de **25%** em educação e de **12%** em saúde. (grifo nosso)³⁵

Em relação às reflexões sobre a educação que Cerqueira (Ibdem) faz no mesmo dossiê que foi apresentado à sociedade mineira, o sindicato, assim como constatamos em relação a posição discursiva do governo, se inscreve na formação ideológica do discurso do esporte. Discurso baseado em regras, regulamentos, normas, *ranks*, posições. Diferentemente do sentido em funcionamento do governo em que observamos a utilização de porcentagens para estabelecer parâmetros de crescimento, na formação ideológica do sindicato, as porcentagens têm sentido de instabilidade, de falta de investimento.

Mais uma vez, para demonstrarmos outros sentidos possíveis no discurso, nos sustentaremos na teoria das formas do silêncio em sua dimensão política, em que o dizer é recortado. “Há, pois, uma declinação política da significação que resulta no silenciamento como forma não de calar mas de fazer dizer “uma” coisa, para não deixar dizer “outras.” (ORLANDI, 2007, p. 53). Para estabelecermos as relações discursivas, faz-se necessário a recuperação das funções sindicais. Segundo Arouca (2012), por ter como princípio os interesses coletivos e o coletivo ter interesses além dos trabalhistas, sindicatos defendem também interesses sociais, entre eles a educação.

Ao estabelecer o diálogo com o governo de Minas na avaliação do Choque de Gestão, apresentado no dossiê, a bandeira da qualidade da educação é levantada, é a causa defendida pelo sindicato. Como representante da voz dos professores, o discurso que é colocado em evidência nos movimentos grevistas é a luta pela qualidade da educação, além dos direitos trabalhistas e salariais. Este é o dito, é o que o discurso sindical espera que seja significado.

No entanto, o que é silenciado é que o sindicato, segundo a teoria dos Aparelhos Ideológicos de Estado de Althusser, funciona como aparelho ideológico de Estado e pode ser “não só o alvo, mas também, local de luta de classes” (ALTHUSSER, 1985, p. 49) que

³⁵ CERQUEIRA, B. da S. Algumas reflexões sobre a Educação em Minas Gerais Disponível em: <<http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=7&LISTA=detalhe&ID=3923>>. Acesso em: 7 nov. 2016.

estabelece a luta contra e pelo poder de Estado. Discursivamente, o sindicato se coloca como voz dos explorados, dos marginalizados, dos desvalorizados, o que podemos evidenciar nas expressões **visão distorcida, falsa ideia, condições de trabalho, corrigir políticas**, e em vocábulos como: **salário, obrigados, ignorados**. O discurso de oposição ao governo fica silenciado.

O sindicato, Aparelho Ideológico de Estado, inscrito na formação ideológica sindical é marcado pela resistência, pela luta de defesa de direitos e melhoria de condições de vida e nos possibilita pressupor que o sentido de qualidade de educação em funcionamento no discurso sindical esteja atrelado à qualidade de vida do professor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao emprendermos o estudo dos sentidos que o Governo de Minas e Sind-UTE atribuem à *qualidade* da educação, fundamentados pela teoria da Análise de Discurso Francesa, pudemos constatar em primeiro plano a polissemia do significado do termo. Consideremos primeiro as políticas públicas exploradas.

Ao trazermos para a pesquisa as políticas públicas, tivemos como intuito demonstrar as regularidades discursivas do discurso do administrativo e sinalizar a ideologia em que se inscreve esse Governo mineiro, no caso a ideologia capitalista, para que pudéssemos marcar a posição sujeito do governo e o poder que esta posição lhe propicia em se colocar na posição social de regulador, implementador e gerenciador das políticas públicas, entre elas a educacional.

Constatamos que a educação objetiva a formação do sujeito. Pela perspectiva do discurso dominante, a formação, de acordo com as incursões analíticas, significa a habilitação técnica de trabalhadores para exercer com eficiência a determinada função social, de acordo com o imaginário ideológico capitalista, que atenda à demanda do mercado. Pela perspectiva do sindicato, a educação é oportunidade para a apropriação do saber e melhoria de vida. Pela ideologia sindical, a educação é direito universal é oportunidade de inclusão social.

Embora a Secretaria de Estado de educação Mineira tenha um sistema próprio de avaliação da educação pública, para aferir o desenvolvimento dos alunos e estabelecer a qualidade mineira, é através de resultados da avaliação nacional disponibilizados pelos órgãos

federais que o Governo mineiro se sustenta para divulgar sua posição em relação ao desenvolvimento educacional e da qualidade da educação do Estado.

O Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais, por sua vez, é representante dos profissionais da educação do estado de Minas desde 1979 e, desde sua constituição, através de movimentos de paralisações e greves, denomina-se o defensor da classe e trava embates com o Governo mineiro com o objetivo de defender a classe e a qualidade da educação do Estado.

Através da análise das situações discursivas (SD), sustentadas pela teoria da Análise de Discurso que não elide o político nem a ideologia que são constitutivos da linguagem, como nos coloca Orlandi (2009), buscamos responder às perguntas que foram as inspiradoras para a nossa pesquisa e determinantes para a tentativa de alcançar nosso objetivo que é o de compreender a tensão entre os discursos do governo e do Sindicato de Minas Gerais em relação à qualidade da educação pública do Estado.

Pela nossa compreensão, identificamos o Governo mineiro inscrito em formações discursivas heterogêneas, apresentando-se ora inscrito em formação discursiva política, ora em formação discursiva da afetividade, mas com formação discursiva predominante do Administrativo em que se coloca pela posição social que ocupa. Como regulador das políticas públicas reflete o poder e a ideologia dominante e tenta estabelecer a harmonia e demonstrar o controle, construindo a satisfação das necessidades coletivas da sociedade. O Governo mineiro é sustentado pelo discurso ideológico capitalista com políticas neoliberais que trabalham com o sentido de modernização e ampliação do capital em prol do bem maior, nesta análise, a *qualidade* da educação.

O sindicato inscrito em formações discursivas heterogêneas, ao se identificar como o porta voz dos professores do Estado, com função de estabelecer ordem e consenso em suas disputas sindicais, aproxima seu discurso à formação ideológica do administrativo. Com formação discursiva predominante do discurso ideológico sindical, o Sind-UTE marca seu discurso de resistência ao Governo mineiro e luta pelos direitos da classe e inscreve em seu imaginário, a definição de qualidade da educação, relacionando-a às condições que consideram fundamentais para sua melhoria.

Podemos observar pelas discussões empreendidas anteriormente, que qualidade para ambos os sujeitos está diretamente ligada à quantidade haja vista a utilização de uso de números, índices estatísticos como argumentos discursivos.

Através da proposta de demonstrar o funcionamento discursivo dos sujeitos envolvidos na pesquisa através do efeito metafórico, determinamos como sentidos possíveis de qualidade

de educação para o governo de Minas, o sistema produtivo que possa estabelecer resultados que atendam ao mercado e para o Sind-UTE qualidade de educação significa direitos trabalhistas respeitados.

Refletimos sobre os sentidos de qualidade de educação para Governo Mineiro e Sind-UTE sob as perspectivas do equívoco, do silenciamento, dos apagamentos e outros conceitos da Análise de Discurso francesa, principalmente os praticados por Orlandi.

Concordamos com Althusser que as relações de condições políticas da reprodução das relações de produção podem ser consideradas relações de exploração e esta relação pode estar diretamente ligada à tensão entre os discursos entre Governo e Sindicato. Ao indicarmos situações discursivas que demonstraram a força do discurso dominante do Governo mineiro, também pudemos observar a expressão da resistência do Sindicato em seus discursos de negação, contraposição.

Consideramos também que a posição que o sujeito Governo ocupa, inscrito numa ideologia discursiva dominante, proporciona projeção maior do seu dizer em relação ao sentido que se dá à qualidade da educação.

Compreender que o sujeito não é a fonte do sentido e que condições exteriores e anteriores ao sujeito refletem-se na produção dos sentidos estimulam ainda mais a vontade de explorar os sentidos possíveis da palavra *qualidade* no contexto educacional.

REFERÊNCIAS

- ANASTASIA, A. A. Apresentação. Antecedentes e Origem do Choque de Gestão. In: GUIMARÃES, T. B.; MARINI, C.; MARTINS, H. F.; VILHENA, R. (Orgs.). **O Choque de Gestão em Minas Gerais: políticas da gestão pública para o desenvolvimento**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos do Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- ARANHA, M. L. de Arruda. **Filosofia da Educação**. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- AROUCA, José Carlos. Organização sindical: pluralidade e unicidade: fontes de custeio. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, São Paulo, v. 78, n. 2, p. 84-96, abr./jun. 2012.
- AUGUSTO, M. H. O. G. **A regulação das políticas educacionais em Minas Gerais e a obrigação de resultados**: o desafio da inspeção escolar. 2010. 279 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG/FAE, 2010.
- AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. dos (et. al.). **Políticas públicas e gestão local**: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.
- BARTHES, R. **Aula**: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França, pronunciada dia 7 de janeiro de 1977. Tradução e posfácio de Leyla Perrone Moisés. São Paulo: Cultrix, 2007.
- BRASIL. Constituição, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário oficial da União. Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Federalismo brasileiro Revista Brasileira de Estudos Políticos | Belo Horizonte | n. 106 | pp. 163-189 | jan./jun. 2013](http://www.planalto.gov.br/Federalismo%20brasileiro/Revista%20Brasileira%20de%20Estudos%20Políticos) 188 ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm.> Acesso em: 26 abr. 2013.
- CASSIN, M. L. **Althusser e o papel político/ideológico da escola**. 2002. Tese (Doutorado)– Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

- CAVALLARI, J. S. **Práticas avaliativas formais e Informais e seus efeitos na constituição identitária do aluno**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2011. v. 1000. 168p.
- CIRILO, P. R. **As políticas de valorização docente no estado de Minas Gerais**. 2012. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Inclusão Social) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, MG: UFMG, 2012. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-96NFY5>>. Acesso em: 22 jun. 2014.
- DEMO, P. **Educação e qualidade**. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995.
- DUCROT, O. **Princípios de Semântica Linguística (dizer e não dizer)**. São Paulo: Editora Cultrix, 1977.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola. 1996.
- _____. **Em defesa da sociedade**. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault - uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.
- FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), n. 21, p. 211-259, ISSN 0103-138, jun. 2000.
- GADOTTI, M. Qualidade na educação: uma nova abordagem. In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO BÁSICA: QUALIDADE NA APRENDIZAGEM, COEB, 1, 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: COEB, 2013.
- GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. Editora Pontes. Campinas, SP: Pontes, 2002.
- GUIMARÃES, T. B.; ALMEIDA, B. O duplo planejamento. In: GUIMARÃES, T. B.; MARINI, C.; MARTINS, H. F; VILHENA, R. **O choque de gestão em Minas Gerais: políticas da gestão pública para o desenvolvimento**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- GUIMARÃES, T. B.; MARINI, C.; MARTINS, H. F; VILHENA, R. O choque de gestão em Minas Gerais: políticas da gestão pública para o desenvolvimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- HOFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. Cad. CEDES [online]. 2001, vol. 21, n. 55, pp. 30-41. Campinas/SP, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622001000300003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 08 out. 2015.

- KLAUCK, G. A. C. **Indicadores de qualidade de ensino**: estudo em escola destaque no Ideb. 2012. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados/MS: UFGD, 2012. Disponível em: <<http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-DOCTORADO-EDUCACAO/Giseli%20Aparecida%20Caparros%20Klauck.pdf>>. Acesso em 15 out. 2015.
- MARTINS, A. M. **O campo das políticas públicas de educação**: uma revisão da literatura. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 24, n. 56, p. 276-299, set./dez. 2013 Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1875/1875.pdf>
- OLIVEIRA, J. F. A função social da educação e da escola pública: tensões, desafios e perspectivas. In: FERREIRA, E. B.; OLIVEIRA, D. A. (Orgs.). **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas/SP: Pontes, 2011.
- _____. **Análise de Discurso**: princípios & procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009. 100p.
- _____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2007.
- _____. **Ciência da linguagem e política**: anotações ao pé das letras. Campinas/SP: Pontes Editores, 2014.
- _____. **Discurso e políticas públicas urbanas**: a fabricação do consenso. Campinas/SP: Editora RG, 2010.
- _____. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas/SP: Pontes, 2012.
- _____. **Discurso, imaginário social e conhecimento**. In: **Em Aberto**, n. 61, ano 14. Brasília: INEP, jan./mar. 1994, 53-59.
- _____. Introdução às ciências da linguagem. In: ORLANDI, E. & LAGAZZI-RODRIGUES, S. (Orgs.) **Introdução às ciências da linguagem**: discurso e textualidade. Campinas: Pontes, p. 81-104, 2006.
- _____. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas/SP: Pontes, 2004.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**. Campinas: Pontes, 1988.
- RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, A. (Org.). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 367-382.

RUA, M. das Graças. **Políticas públicas**. 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012. 128p.

SILVA, V. G. **Por um sentido público da qualidade em educação**. 2008. 120 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/eleinesalu/Downloads/Vandre_Gomes_da_Silva.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2015.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

VIEIRA, M. L. de Souza. A Estatística, o Serviço Social e Políticas Sociais. In: CONGRESSO NACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA CONIC-SEMESP, 13, 2013, Campinas. **Anais do Conic-Semesp**. Campinas: Faculdade Anhanguera de Campinas. V.1, 2013.

ANEXO A

Transcrição da propaganda de volta às aulas do Governo de Minas Gerais – ano 2012

- 0:01 - Minas
- 0:02 - é muito grande e com enormes diferenças regionais por isso é motivo
- 0:07 - especial' de orgulho saber que somos um dos três estados brasileiros com ensino
- 0:12 - fundamental
- 0:13 - mais bem avaliados pelo Mec
- 0:17 - temos o maior número de alunos premiados nas últimas quatro Olimpíadas
- 0:21 - brasileiras de matemática das escolas públicas e em 2009 fomos premiados no
- 0:26 - concurso nacional de gestão escolar
- 0:29 - de 72, 6% das crianças de 8 anos da rede pública estadual
- 0:34 - leem e escrevem sem precisar de ajuda
- 0:38 - mais de 100 mil jovens tem cursos profissionalizantes gratuitos o maior programa do.
- 0:43 - gênero instituído do Estado
- 0:45 - são tantas as conquistas que hoje gostaríamos de agradecer a cada
- 0:49 - professor
- 0:50 - como Ana Luiza que sempre acreditou em seus alunos
- 0:56 - a cada mãe como a Ana que
- 0:58 - mesmo cansada do trabalho sempre se interessou em saber
- 1:01 - como foi o dia do seu filho
- 1:06 - a cada pai como o Eduardo
- 1:08 - que faz questão de participar de todas as reuniões na escola
- 1:14 - A cada diretor e cada funcionário
- 1:16 - como a Maria de Lourdes e a Cátia
- 1:18 - que fazem do ambiente escolar
- 1:20 - um espaço acolhedor de paz e amizade

- 1:23 - e principalmente a cada um dos nossos alunos
- 1:26 - que com dedicação surpreendem o Brasil e mostram do que são capazes
- 1:31 - Quando recebem atenção e o estímulo
- 1:33 - que merecem
- 1:34 - eles enchem o nosso coração de orgulho
- 1:47 - A educação em Minas está avançando muito
- 1:48 - e vai avançar ainda mais se permanecemos juntos enfrentando os
- 1:52 - enfrentando os desafios do dia-a-dia da educação
- 1:56 - Bem-vindos de volta às aulas
- 1:58 - educação
- 1:59 - Minas mostra o caminho

ANEXO B

A carta dos professores de Minas Gerais a Débora Falabella

Prezada Débora Falabella,

Às vezes vale a pena recusar alguns trabalhos apenas para não decepcionar milhares de fãs.

Às vezes vale a pena procurar mais informações sobre o personagem que você irá representar.

Milhares de professores, alunos e comunidades foram extremamente prejudicados pelo governo de Minas Gerais em 2011 e o que você afirma através das peças publicitárias não corresponde à realidade.

No sentido de informá-la da real situação da educação mineira, apresentamos informações:

- O Governo mineiro investe apenas 60% do total dos recursos que deveria investir em educação. O restante vai para fins previdenciários;
- Desde 2008, há uma diminuição do investimento do governo estadual em educação;
- No que se refere à qualidade da educação, o Estado de Minas Gerais tem resultado abaixo da média da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE);
- Apenas 35% das crianças mineiras até cinco anos frequentam estabelecimentos de ensino em Minas Gerais. Onde está o direito à educação de 65% destas crianças?

A realidade do Ensino médio é igualmente vergonhosa:

- nos últimos 6 anos houve uma redução de matrículas no Ensino Médio de 14,18%;

– O passivo de atendimento acumulado no ensino médio regular entre 2003 e 2011, seria de 9,2 milhões de atendimentos. Isso quer dizer que nem todos os adolescentes tiveram o direito de estudar garantido;

– Minas Gerais, comparativamente à média nacional, tem a pior colocação em qualidade da escola: 96% das escolas não têm sala de leitura, 49% não têm quadra de esportes e 64% não têm laboratório de ciências.

Os projetos e programas na área da educação são marcados pela descontinuidade e por beneficiar uma parcela muito pequena de alunos.

Veja:

– O Projeto Escola de Tempo Integral beneficiou 105 mil alunos, num universo de 2,5 milhões de alunos;

– O programa professor da família não atinge as famílias mineiras que necessitam de ajuda e tampouco é feito por professores, mas por pessoas sem a formação em licenciatura;

– O Estado não tem rede própria de ensino profissionalizante, repassando recursos públicos à iniciativa privada.

A respeito dos dados sobre o sistema de avaliação, é importante que saiba que são pouco transparentes, com baixa participação da comunidade escolar e ninguém tem acesso à metodologia adotada para comprovar a sua veracidade.

Quanto à valorização dos profissionais da educação relatada nas peças publicitárias, a baixa participação em inscrições para professor no concurso que a Secretaria de Estado realiza comprova que esta profissão em Minas Gerais não é valorizada.

O Governo de Minas não paga o Piso Salarial Profissional Nacional, mas subsídio. Em 2011, 153 mil trabalhadores em educação manifestaram a vontade de não receber o subsídio. Ainda assim o Governo impôs esta remuneração.

Em 2011 o governo mineiro assinou um termo de compromisso com a categoria se comprometendo a negociar o Piso Salarial na carreira. Mas o governo não cumpriu e aprovou uma lei retirando direitos, congelando a carreira dos profissionais da educação até dezembro de 2015.

Compromisso e seriedade com os mineiros são qualidades que faltam em Minas Gerais.

Todas as informações são comprovadas por dados publicados pelo próprio governo estadual e estão à sua disposição. Por fim, a convidamos para conhecer uma escola estadual mineira para comprovar que o personagem das peças publicitárias não corresponde à realidade em Minas Gerais.

